

Veículo: Bocão News	Economia e Mercado
Data: 03/06/2020	



Economia E Mercado

Governo prorroga prazo de recursos dos processos administrativos para dia 14



03 de Junho de 2020 às 06:05 Por: Sefaz/BA Por: Redação BNews 0 comentários

O Governo do Estado voltou a prorrogar, desta vez para o dia 14 de junho, a contagem de prazos de recursos relativos a processos administrativos fiscais, no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA).

A medida foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), por meio do Decreto nº 19.729. Isso significa que os contribuintes que quiserem protocolar contestações contra cobranças de tributos não perderão o período legal para fazer essas solicitações. A suspensão evita que os contribuintes percam o prazo para entregar suas impugnações ou recursos. O prazo anterior de suspensão terminava dia 31 de maio.

A medida foi adotada como parte da estratégia do governo baiano ante a pandemia do novo coronavírus. As 34 unidades da Fazenda Estadual distribuídas por todo o estado deixaram de prestar atendimento presencial desde o dia 23 de março, com a migração dos serviços para o ambiente virtual. Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o Call Center da Sefaz-BA, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Serviços no site

A Sefaz-BA agora oferece acesso a todos os seus serviços por meio da página da secretaria, que passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes depois da suspensão do atendimento presencial. Parte dos serviços pode ser resolvida on-line, no próprio site, havendo em alguns casos a necessidade de encaminhar documentação via e-mail.

Para obter informações ou fazer alguma solicitação, basta clicar no ícone 'Carta de Serviços ao Cidadão', na lateral direita da página, e escolher a opção desejada. Para acessar especificamente os serviços que eram prestados de forma presencial e foram adaptados para a nova realidade durante a pandemia, pode-se também clicar no banner disponibilizado no alto da página, intitulado 'COVID-19 – Conheça os procedimentos virtuais para atendimento aos contribuintes'.

Veículo: Política Livre	
Data: 02/06/2020	Caderno: Economia



02 de junho de 2020 | 16:03

Governo prorroga prazo de recursos dos processos administrativos para dia 14

BAHIA

O Governo do Estado voltou a prorrogar, desta vez para o dia 14 de junho, a contagem de prazos de recursos relativos a Processos Administrativos Fiscais no âmbito da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**. A medida foi publicada no Diário Oficial por meio do Decreto nº 19.729. Isso significa que os contribuintes que quiserem protocolar contestações contra cobranças de tributos não perderão o período legal para fazer essas solicitações. A suspensão evita que os contribuintes percam o prazo para entregar suas impugnações ou recursos. O prazo anterior de suspensão terminava dia 31 de maio.

A medida foi adotada como parte da estratégia do governo baiano ante a pandemia do novo coronavírus. As 34 unidades da **Fazenda Estadual** distribuídas por todo o estado deixaram de prestar atendimento presencial desde o dia 23 de março, e ocorreu a migração dos serviços para o ambiente virtual. Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o Call Center da Sefaz-Ba, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Serviços no site

A Sefaz-Ba agora oferece acesso a todos os seus serviços por meio da página www.sefaz.ba.gov.br, que passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes depois da suspensão do atendimento presencial. Parte dos serviços pode ser resolvida on-line, no próprio site, havendo em alguns casos a necessidade de encaminhar documentação via e-mail.

Para obter informações ou fazer alguma solicitação, basta clicar no ícone “Carta de Serviços ao Cidadão”, na lateral direita da página, e escolher a opção desejada. Para acessar especificamente os serviços que eram prestados de forma presencial e foram adaptados para a nova realidade durante a pandemia, pode-se também clicar no banner disponibilizado no alto da página, intitulado “COVID-19 – Conheça os procedimentos virtuais para atendimento aos contribuintes”.

Governo prorroga prazo de recursos dos processos administrativos para dia 14

O Governo do Estado voltou a prorrogar, desta vez para o dia 14 de junho, a contagem de prazos de recursos relativos a pro-

cessos administrativos fiscais, no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA). A medida foi publicada no Diário Oficial do

Estado (DOE), por meio do Decreto nº 19.729. Isso significa que os contribuintes que quiserem protocolar contestações contra cobranças de tributos não perderão o período legal para fazer essas solicitações. A suspensão evita que os contribuintes percam o prazo para entregar suas impugnações ou recursos. O prazo anterior de suspensão terminava dia 31 de maio.

A medida foi adotada como parte da estratégia do governo baiano ante a pandemia do novo coronavírus. As 34 unidades da Fazenda Estadual distribuídas por todo o estado deixaram de prestar atendimento presencial desde o dia 23 de março, com a migração dos serviços para o ambiente virtual. Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o Call Center da Sefaz-BA, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que

funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Serviços no site

A Sefaz-BA agora oferece acesso a todos os seus serviços por meio da página da secretaria, que passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes depois da suspensão do atendimento presencial. Parte dos serviços pode ser resolvida on-line, no próprio site, havendo em alguns casos a necessidade de encaminhar documentação via e-mail.

Para obter informações ou fazer alguma solicitação, basta clicar no ícone 'Carta de Serviços ao Cidadão', na lateral direita da página, e escolher a opção desejada. Para acessar especificamente os serviços que eram prestados de forma presencial e foram adaptados para a nova realidade durante a pandemia, pode-se também clicar no banner disponibilizado no alto da página, intitulada 'COVID-19 _ Conheça os procedimentos virtuais para atendimento aos contribuintes'.

Veículo: Camaçari Notícias	
Data: 02/06/2020	Caderno: Economia

CAMAÇARI NOTÍCIAS

BAHIA

Prazo de recursos dos processos administrativos fiscais é prorrogado até dia 14

Escrito por Camaçari Notícias/Secom em 02 de Junho de 2020



Governo prorroga prazo de recursos dos processos administrativos fiscais para dia 14

O Governo do Estado voltou a prorrogar, desta vez para o dia 14 de junho, a contagem de prazos de recursos relativos a Processos Administrativos Fiscais no âmbito da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**. A medida foi publicada no Diário Oficial por meio do Decreto nº 19.729. Isso significa que os contribuintes que quiserem protocolar contestações contra cobranças de tributos não perderão o período legal para fazer essas solicitações. A suspensão evita que os contribuintes percam o prazo para entregar suas impugnações ou recursos. O prazo anterior de suspensão terminava dia 31 de maio.

A medida foi adotada como parte da estratégia do governo baiano ante a pandemia do novo coronavírus. As 34 unidades da **Fazenda Estadual** distribuídas por todo o estado deixaram de prestar atendimento presencial desde o dia 23 de março, e ocorreu a migração dos serviços para o ambiente virtual. Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o Call Center da Sefaz-Ba, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Serviços no site

A Sefaz-Ba agora oferece acesso a todos os seus serviços por meio da página www.sefaz.ba.gov.br, que passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes depois da suspensão do atendimento presencial. Parte dos serviços pode ser resolvida on-line, no próprio site, havendo em alguns casos a necessidade de encaminhar documentação via e-mail.

Para obter informações ou fazer alguma solicitação, basta clicar no ícone “Carta de Serviços ao Cidadão”, na lateral direita da página, e escolher a opção desejada. Para acessar especificamente os serviços que eram prestados de forma presencial e foram adaptados para a nova realidade durante a pandemia, pode-se também clicar no banner disponibilizado no alto da página, intitulado “COVID-19 – Conheça os procedimentos virtuais para atendimento aos contribuintes”.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

02/06/2020 14:58

Governo prorroga prazo de recursos dos processos administrativos para dia 14

O Governo do Estado voltou a prorrogar, desta vez para o dia 14 de junho, a contagem de prazos de recursos relativos a processos administrativos fiscais, no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA). A medida foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), por meio do Decreto nº 19.729. Isso significa que os contribuintes que quiserem protocolar contestações contra cobranças de tributos não perderão o período legal para fazer essas solicitações. A suspensão evita que os contribuintes percam o prazo para entregar suas impugnações ou recursos. O prazo anterior de suspensão terminava dia 31 de maio.

A medida foi adotada como parte da estratégia do governo baiano ante a pandemia do novo coronavírus. As 34 unidades da Fazenda Estadual distribuídas por todo o estado deixaram de prestar atendimento presencial desde o dia 23 de março, com a migração dos serviços para o ambiente virtual. Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o Call Center da Sefaz-BA, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Serviços no site

A Sefaz-BA agora oferece acesso a todos os seus serviços por meio da [página da secretaria](#), que passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes depois da suspensão do atendimento presencial. Parte dos serviços pode ser resolvida on-line, no próprio site, havendo em alguns casos a necessidade de encaminhar documentação via e-mail.

Para obter informações ou fazer alguma solicitação, basta clicar no ícone 'Carta de Serviços ao Cidadão', na lateral direita da página, e escolher a opção desejada. Para acessar especificamente os serviços que eram prestados de forma presencial e foram adaptados para a nova realidade durante a pandemia, pode-se também clicar no banner disponibilizado no alto da página, intitulado 'COVID-19 – Conheça os procedimentos virtuais para atendimento aos contribuintes'.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

01/06/2020 15:00

Usuário do Preço da Hora Bahia deve estar atento a promoções e descontos

Baixado em poucas semanas por mais de 200 mil baianos por conta da facilidade para pesquisar os preços dos produtos comercializados em todo o estado, o aplicativo Preço da Hora Bahia toma por base os dados informados pelas empresas nas notas fiscais eletrônicas e armazenados na Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), podendo registrar valores promocionais e descontos aplicados para determinados segmentos, como costuma acontecer em farmácias. Quando o produto estiver bem mais barato que a média, a recomendação da Sefaz-BA é que o consumidor ligue para o estabelecimento para confirmar se o preço promocional está mantido ou é aplicável no seu caso.

"O Preço da Hora mostra o preço de uma das últimas vendas do produto em determinado estabelecimento exatamente como consta na nota fiscal. Quando há um desconto, o aplicativo mostra o preço original e o preço com desconto", observa o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt. "De: x Por: y", diz a informação exibida na tela, explica Jadson.

"A exibição do preço com desconto no aplicativo não obriga a loja a conceder o mesmo desconto para todos os clientes. Pode ser uma promoção relâmpago, ou uma venda diferenciada para determinado público. Farmácias e postos de gasolina costumam praticar descontos apenas para determinados clientes, como usuários de planos de saúde ou motoristas de aplicativo", lembra. "Nestes casos é sempre bom confirmar com a loja antes sobre as condições daquela oferta, o que pode ser feito ligando para a loja a partir do próprio aplicativo", complementa.

Tempo real

Disponível para celulares Android e iOS e em [página web](#), sem custo, o Preço da Hora Bahia permite pesquisar em tempo real, e sem sair de casa, os preços de mais de 500 mil produtos comercializados pelas empresas baianas. Basta fazer a leitura do código de barras impresso na embalagem, ou digitar o nome do produto. Com base nas informações das notas fiscais, o app traz o endereço do estabelecimento, a rota para chegar ao local e o telefone para contato.

É possível ainda fazer listas de cotações para até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade, e acompanhar o histórico do preço da maioria dos produtos, além de poder visualizar em um mapa os três estabelecimentos com os preços mais baixos na região delimitada pelo usuário, em um raio de um a 30 quilômetros.

Economia real

"Temos recebido muitas manifestações positivas de pessoas que baixaram o aplicativo e nos contam que estão efetivamente conseguindo economizar", afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorino. Ele enfatiza a importância de pedir a nota fiscal em todas as compras, já que as informações provêm diretamente da mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas na Bahia diariamente.

O analista de sistemas Márcio Braga atesta que o Preço da Hora Bahia é extremamente útil. "Já faço a pesquisa dos produtos antes de sair de casa. Para medicamentos, é excelente. Tenho conseguido comprar produtos mais baratos". Já a advogada Aretha Torres acredita que o app "pode fazer com que haja um maior equilíbrio nos preços em todos os estabelecimentos, já que o cidadão está controlando os valores do próprio celular".

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil](#).
[Versão mobile](#)

Veículo: Bahia Econômica	Coronavírus
Data: 03/06/2020	



MP-BA PEDE QUE COELBA RESTITUIA COBRANÇA DE ICMS



admin 3 Junho, 2020

O Ministério Público da Bahia acionou a Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia) por irregularidades em relação aos valores do imposto ICMS cobrado retroativamente na conta de energia dos consumidores baianos. A liminar requer que o órgão se responsabilize pelo pagamento dos danos aos consumidores prejudicados pela conduta com a restituição do dobro do valor cobrado.

A ação tem autoria da promotora de Justiça Joseane Suzart, na liminar o MP requer que a Justiça determine que a Coelba se abstenha de realizar cobranças retroativas de ICMS nas faturas de energia elétrica. “A concessionária deve ser a única responsável pela quitação dos débitos de ICMS relacionados à essa equivocada redução da base de cálculo, sendo vedada que ela transfira esse ônus aos consumidores”, destacou a promotora.

O MP requer ainda que a Coelba não utilize o nome da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), ou qualquer outro órgão público, em eventuais informes de cobrança, sem a prévia ciência ou autorização deles.

Veículo: Metro1	Bahia
Data: 02/06/2020	



Bahia

MP-BA pede que Coelba faça restituição em dobro de cobrança indevida de ICMS a consumidores

MP requer ainda que a Coelba não utilize o nome da Sefaz ou qualquer outro órgão público, em eventuais informes de cobrança, sem a prévia ciência ou autorização deles



Por Luciana Freire no dia 02 de Junho de 2020 · 18:20

O Ministério Público da Bahia acionou hoje (2) a Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia) por irregularidades em relação aos valores do imposto ICMS cobrado retroativamente na conta de energia dos consumidores baianos. A liminar requer que o órgão se responsabilize pelo

pagamento dos danos aos consumidores prejudicados pela conduta com a restituição do dobro do valor cobrado.

A ação tem autoria da promotora de Justiça Joseane Suzart, na liminar o MP requer que a Justiça determine que a Coelba se abstenha de realizar cobranças retroativas de ICMS nas faturas de energia elétrica.

“A concessionária deve ser a única responsável pela quitação dos débitos de ICMS relacionados à essa equivocada redução da base de cálculo, sendo vedada que ela transfira esse ônus aos consumidores”, destacou a promotora.

O MP requer ainda que a Coelba não utilize o nome da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), ou qualquer outro órgão público, em eventuais informes de cobrança, sem a prévia ciência ou autorização deles.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 03/06/2020	Página: A2

Bahia lidera produção de 11 minérios no país

Os produtores de minério baianos contribuíram com um aporte próximo de R\$ 8 milhões na arrecadação, devido principalmente à produção de ouro, além de outros 11 minerais, dos quais o estado é líder nacional.

Os recursos financeiros aferidos em abril constam da estatística da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), conforme divulgado pelo Informe Executivo de Mineração, editado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Veiculado em modo online, a partir de meados da tarde de ontem, o informe sinaliza também a arrecadação de R\$ 482 milhões com a Produção Mineral Baiana Comercializada (PMBC), outro bom indicador da participação da extração de minérios na economia.

O ouro, com 36% de participação, tem como destaque o município de Jacobina, na Alta Chapada Diamantina; à frente do níquel, 18%, em Itagibá, no sul do estado; e do cobre, 12% em Juazeiro, no Vale do São Francisco.

A Yamana Gold, principal empresa de extração de ouro, graças ao projeto desenvolvido em uma mina subterrânea de Jacobina, anunciou investimentos de R\$ 300 milhões, com perspectiva de ampliação dos dois mil postos de trabalho diretos e indiretos.

O documento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico situa a Bahia na liderança nacional na produção de 11 minérios: barita, bentonita, cromo, diamante, quartzo, níquel, magnesita, sal-gema, talco, urânio e vanádio.

Verifica-se a resiliente produção diamantífera, apesar do fechamento dos garimpos na maior região produtiva, há 25 anos, pois a pedra preciosa segue como uma das favoritas do mercado.

COVID-19 Empresários baianos esperam que as taxas de juros e as condições de pagamento sejam facilitadas

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS TÊM CRÉDITO NO VALOR DE R\$ 20 BILHÕES

FÁBIO BITTENCOURT

Com o objetivo de estimular a economia preservando pequenas e médias empresas diante dos impactos causados pela pandemia do novo coronavírus, o governo federal anunciou ontem um socorro de R\$ 20 bilhões para o setor. Publicada no Diário Oficial da União, a Medida Provisória 975/20 institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito, destinado a negócios que tenham apurado em 2019 receita bruta entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões.

A ideia, segundo o documento, é facilitar o acesso dessas empresas a linhas de empréstimos por meio da injeção dos recursos através do chamado Fundo Garantidor para Investimentos (FGI). Criado em 2009, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e voltado para os pequenos, o FGI complementa as garantias bancárias exigidas nas operações de crédito.

Em outras palavras, o fundo compartilha o risco assumido pelo banco prestador, o que diminui os entraves burocráticos. Em caso de inadimplência, o FGI cobre parte da dívida. Segundo a MP, as empresas ficam dispensadas, por exemplo, de apresentar regularidade na entrega da Relação Anual de Informações Sociais (Rais),



Rosemma alerta para as condições de crédito

comprovação de quitação de tributos federais, e certidões negativas de débitos.

Gerente de Captação de Recursos Financeiros do Sebrae Bahia, Vitor Lopes espera que a iniciativa simplifique o processo de tomada de crédito por parte das empresas, atendendo "todo um clamor da sociedade". Outra boa notícia, lembra ele, é que a nova MP altera ainda a lei que criou o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), permitindo que o Fundo Garantidor de Operações (FGO) avalize agora até 100% de

cada operação, e não mais 85% do valor emprestado.

"Liquidez há. É preciso desburocratizar, tornar o trâmite mais célere", fala.

Ainda segundo Lopes, falta agora, no entanto, a regulamentação da medida por parte do Conselho Monetário Nacional, para só depois os bancos realizarem as "normatizações internas da operacionalização".

Vice-Presidente da Associação Comercial da Bahia, a empresária Rosemma Maluf fala que o mais importante agora é serem detalhados a taxa de juros, documentos e garantias reais exi-

gidas. Segundo ela, se for exigida "garantia real, pode dificultar para boa parte".

"E se forem juros de 5%, nos bancos privados você já consegue [taxa igual]", diz.

Para o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio), Carlos de Souza Andrade, "há boa vontade por parte do governo, do congresso [Nacional], de governadores, prefeitos, e até bancos oficiais, o problema é quando chega nos privados, que não têm o costume de emprestar [tão facilmente]".

"Já faz parte da cultura do gerente de banco. Tem medo, e, na dúvida, coloca empecilho, não empresta. Clientes grandes contam com um atendimento mais especializado, quando na verdade é para o micro [empresário], o MEI [Microempreendedor Individual], que o banco tinha de emprestar R\$ 20 mil, R\$ 30 mil".

Presidente da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (Febha), Silvio Pessoa diz que o capital de giro será um instrumento de fundamental importância quando da retomada e reabertura das atividades. "Já são 70 dias para alguns [setores], 80 para outros, e quem tinha alguma reserva para o pagamento de despesas fixas já o fez. Esse recurso pode ser a única alternativa para muitos", diz.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

Dia dos Namorados projeta uma queda de 29%

DA REDAÇÃO

Após a Páscoa e o Dia das Mães com desempenhos negativos, a tendência é a mesma para varejo no Dia dos Namorados. O faturamento deve cair 29% em relação ao mesmo período do ano passado. A Fecomércio-BA projetou o desempenho das vendas para os 12 primeiros dias de junho. O cálculo indica o ritmo de consumo no período.

A expectativa apontada pelo consultor econômico da federação, Guilherme Dietze, é um faturamento de R\$ 1,12 bilhão em setores como vestuário, eletroeletrônicos, farmácias e perfumarias, além dos supermercados. O valor estimado é 29% inferior ao visto no ano passado. Significa uma perda de R\$ 450 milhões no período. "Vale lembrar que, no ano passado, o resultado também foi negativo, mas uma variação mais modesta de -4,5%", destaca Guilherme Dietze.

Segundo o especialista, o desempenho desfavorável atual é resultado de vários fatores, como a quarentena



A queda nas vendas do Dia dos Namorados significa uma perda de R\$ 450 milhões

com lojas fechadas, aumento do desemprego e redução da renda, além da priorização dos gastos essenciais e acesso ao crédito de forma mais restrita.

"Importante lembrar também que o setor de Serviços tem grande participação no Dia dos Namorados e que, este ano, deve sofrer um enorme impacto por causa da pandemia. Os casais bus-

cam, tradicionalmente, reservar mesas em bares e restaurantes, hotéis, motéis etc.", ressalta o economista.

Alternativas

Entretanto, mesmo com o impedimento da utilização desses locais para o evento, as pessoas devem procurar alternativas e, em grande parte, passa pelo e-commerce e por aplicativos de en-

trega. "As comemorações serão feitas com pedidos de comida em casa, entrega de flores, presentes como roupa ou perfume enviados pelos correios etc. Nada que venha contrabalancear a perda do comércio em geral, mas pelo menos gera um pouco de faturamento para as empresas que estão buscando alternativas de vendas", avalia Dietze.

MILITARES

Cobrança de contribuição previdenciária é suspensa

ODRIGO AGUIAR

O desembargador Ivanilton Santos da Silva, do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), suspendeu, em decisão liminar, a cobrança das contribuições previdenciárias de policiais militares e bombeiros até 90 dias após a data de publicação da reforma da Previdência da categoria, sancionada pelo governador Rui Costa em 23 de maio. Por meio de nota, a Secretaria de Administração do Estado (Saeb) informou que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) "adotará as medidas judiciais cabíveis".

Segundo o magistrado, "as autoridades coatoras não atendem ao princípio da legalidade, na medida em que cobram e descontam contribuição para a pensão militar sem previsão em lei estadual". Na decisão, o desembargador determina multa de R\$ 1 mil por ocorrência, em caso de descumprimento. O magistrado

afirma que buscou preservar o Tesouro estadual.

"Isso porque, se houver a suspensão dos descontos indevidos, cessará o aumento do indébito tributário. Entretanto, caso não haja a suspensão, será aumentado a cada mês, e enquanto não for instituída a lei estadual, bem como encerrado o processo, o Estado terá que devolver todo o valor descontado indevidamente sem previsão legal", diz.

O pedido foi impetrado pela Associação dos Policiais e Bombeiros Militares e seus Familiares do Estado da Bahia (Aspra), da qual o deputado Soldado Prisco (PSC) é coordenador-geral. De acordo com a entidade, o governo do estado desrespeitou o artigo 195, parágrafo 6º da Constituição Federal, segundo o qual as contribuições sociais "só poderão ser exigidas após decorridos 90 dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado".

Sem previsão legal

Policiais e bombeiros militares baianos contribuíam inicialmente com uma alíquota de 12%, passando para 14% com a sanção da Lei nº 14.031, em dezembro de 2018. Com a reforma da Previdência do governo federal e aprovação da Lei Federal 13.954, de dezembro de 2019, a União determinou que os estados deveriam criar um regime próprio de previdên-

cia para os militares. No entendimento da Aspra, a partir de então deveria ter sido suspensa a cobrança de contribuição dos PMs e bombeiros.

No entanto, desde a edição da lei federal, passou a ser cobrada contribuição de 9,5%. "Somente em maio o Executivo estadual apresenta projeto de lei visando à criação do sistema de previdência próprio dos militares", afirmou Prisco.

Respiradores: empresas investigadas não têm registro

ANVISA As empresas Hempcare e Biogeoenergy, investigadas por fraude na compra de respiradores pelo Consórcio Nordeste - grupo formado pelos nove estados da região -, não têm registro na Anvisa. O próprio órgão foi quem fez o anúncio, na manhã de ontem.

O Consórcio investiu R\$ 48 milhões e comprou 300 respiradores, que não foram entregues. A Hempcare fez as negociações da venda, enquanto a Biogeoenergy, que foi inserida ao

longo do processo de negociação, seria a suposta fabricante dos equipamentos.

Em nota, a Biogeoenergy já tinha dito que não havia respiradores prontos para comercialização, pois a certificação da Anvisa não tinha saído. Segundo a empresa, foram feitos testes que garantiram a qualidade do equipamento. O grupo também falou que aguardava trâmites burocráticos do órgão federal.

Já a Hempcare anunciou que o registro seria feito

apenas pela Biogeoenergy, já que ela seria a fabricante dos respiradores.

Contudo, a Anvisa informou que não foi localizado o protocolo de submissão para solicitação de registro de

A agência informou que não foi localizado o protocolo de submissão exigido para solicitações como essas

ventiladores pulmonares por parte das empresas. Isso significa que, segundo o órgão, não há qualquer tipo de trâmite - protocolo que seria o primeiro passo para a certificação de um produto.

O secretário de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), Maurício Barbosa, já tinha anunciado, durante coletiva de apresentação do caso, após a Operação Ragnarok, realizada anteontem, que os respiradores não tinham sido homologados pela Anvisa.

Ontem, conforme noti-

ciou o portal G 1, chegaram a Salvador um respirador, celulares, notebooks e documentos apreendidos durante o cumprimento de 15 mandados de busca e apreensão.

De acordo com a SSP, o material foi entregue para a Polícia Civil. De acordo com a delegada responsável pelas investigações, Fernanda Asfora, os depoimentos seguem hoje, e as equipes aguardam o envio das informações bancárias dos envolvidos, que tiveram contas e bens bloqueados pela Justiça.

24h*

CÂMERAS NAS ESTAÇÕES DA LAPA E PIRAJÁ IDENTIFICAM PASSAGEIROS COM FEBRE



TIAGO CALDAS

pital, com o objetivo de detectar possíveis casos de covid-19. Aqueles que são identificados com mais de 37,8°C de temperatura estão sendo impedidos de embarcar e precisam fazer um teste rápido de diagnóstico da doença. Atualmente, pessoas sem o uso de máscaras de proteção já são impedidas de acessar o transporte.

A previsão é que as câmeras funcionem das 7h às 19h, período que concentra cerca de 90% da demanda. A princípio, a medida tem caráter experimental e terá duração de dez dias, indo, portanto, até a próxima sexta-feira (12). No entanto, se houver grande volume de testes positivos, o governo do estado pretende ampliar a disponibilização de equipes de saúde e a instalação de câmeras nas demais estações do metrô.

O governador Rui Costa (PT) disse que, a depender do sucesso, poderá incluir na estratégia o teste do tipo PCR, que recolhe amostra de muco das narinas e fornece um diagnóstico mais preciso, ao contrário dos testes rápidos, em que o grau de acerto é menor.

Na estação Pirajá, 10,1 mil pessoas foram monitoradas pelas câmeras e seis estavam com alta temperatura. Destas, quatro fizeram testes, sem resultados positivos. Na Lapa, as câmeras vigiaram 14,3 mil passageiros, dos quais 54 estavam com alta temperatura. Entre os febris, 13 fizeram testes.

Os equipamentos têm capacidade de identificar pessoas em estado febril em tempo real e mesmo em meio à movimentação de um grande número de passageiros. Os indivíduos detectados pelas câmeras são abordados e levados para a sala de primeiros socorros das estações, onde recebem informações de segurança e isolamento e também fazem o teste rápido da covid-19.

Sugerida pela Sesab, que adquiriu os equipamentos, a instalação foi realizada pela Companhia de Transportes do Estado da Bahia (CTB), órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), com o apoio da CCR Metrô Bahia.

Segundo o diretor presidente da CTB, Eduardo Copello, uma equipe de 16 pessoas, entre técnicos de enfermagem e de informática, passou por treinamento para a utilização do equipamento. "O metrô, embora com uma redução muito expressiva do movimento por causa das medidas de restrição social, ainda é um lugar muito importante, com concentração alta de pessoas", afirmou

HILZA CORDEIRO

Você está sendo testado

Elas estão de olho. As câmeras recém-instaladas nas estações de metrô da Lapa e Pirajá detectaram, ontem, 60 pessoas com alta temperatura entre as mais de 24,4 mil aferições em passageiros feitas pelos equipamentos. De acordo com a Companhia

de Transporte do Estado da Bahia (CTB), entre as que apresentaram febre, 17 foram testadas e uma mulher de 52 anos teve diagnóstico positivo para a covid-19.

Ainda segundo a companhia, a mulher foi identificada na estação da Lapa, ca-

dastrada no sistema da Secretaria Estadual de Saúde (Sesab) e encaminhada para isolamento em casa, na Fazenda Garcia, onde mora.

O sistema de videomonitoramento acaba de ser implantado nos dois terminais mais movimentados da ca-

Dezesseis técnicos de enfermagem e de informática foram treinados para o atendimento

O metrô, embora com uma redução muito expressiva do movimento por causa das medidas de restrição social, ainda é um lugar muito importante, com concentração alta de pessoas

Eduardo Copello, diretor presidente da CTB, ao explicar a adoção da medida

Quem está com mais de 37,8°C de temperatura tem que fazer um teste rápido



TIAGO CALDAS

Venda do Dia dos Namorados deve cair 29%

NECESSÁRIO Após a Páscoa e o Dia das Mães com desempenhos negativos, a tendência é a mesma para varejo baiano no Dia dos Namorados. O setor deve faturar 29% a menos em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com projeções da Federação do Comércio do Estado da Bahia (Fecomércio-BA). A entidade projetou o desempenho das vendas para os 12 primeiros dias de junho, nas atividades mais sensíveis. O cálculo indica como deve ser o ritmo de consumo no período.

A expectativa apontada pelo consultor econômico da Federação, Guilherme Dietze, é de um faturamento de R\$ 1,12 bilhão em setores como vestuário, eletroeletrônicos,

Vale lembrar que no ano passado, o resultado também foi negativo, mas uma variação mais modesta de -4,5%
Guilherme Dietze
Consultor da Fecomércio

farmácias e perfumarias, além dos supermercadistas. O valor estimado é 29% inferior ao visto no ano passado. Significa uma perda de R\$450 milhões no período. "Vale lembrar que no ano passado, o resultado também foi negativo, mas uma variação mais modesta de -4,5%", destaca Guilherme Dietze.

Segundo o especialista, o desempenho desfavorável atual é resultado de vários fatores como a quarentena com lojas fechadas, aumento do desemprego e redução da renda, além da priorização dos gastos essenciais e acesso ao crédito de forma mais restrita.

"Importante lembrar também que o setor de serviços tem grande participação no Dia dos Namorados e que, este ano, deve sofrer um enorme impacto por causa da pandemia. Os ca-

sais buscam, tradicionalmente, reservar mesas em bares e restaurantes, hotéis, motéis etc.", ressalta o economista. A taxa de ocupação em Salvador, por exemplo, está cerca de 5%, de acordo com a associação do setor, a pior taxa da história.

Entretanto, mesmo com o impedimento da utilização desses locais para o evento, as pessoas devem procurar alternativas e, em grande parte, passa pelo e-commerce e por aplicativos de entrega. "As comemorações serão feitas com pedidos de comida em casa, entrega de flores, presentes como roupa ou perfume enviados pelos correios etc. Nada que venha contrabalancear a perda do comércio em geral, mas pelo menos gera um pouco de faturamento para as empresas que estão buscando alternativas de vendas", avalia Guilherme Dietze.

Empresa investe R\$ 76 milhões na implantação de parque eólico

ENERGIA O município de So-bradinho tem a previsão de receber investimentos privados de R\$ 76 milhões com a implantação de um parque eólico. O protocolo de intenções com a empresa Pedra do Reino V foi assinado com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SDE). O parque terá capaci-

dade instalada de 16 MWh/ano e deve gerar cerca de 200 empregos. A empresa pretende iniciar a implantação da unidade em um ano.

"Temos, hoje, 170 parques de energia eólica em funcionamento na Bahia e, juntos, foram responsáveis pela geração de 45,3 mil empregos diretos na fase de constru-

ção. Esse novo investimento vem provar que o segmento segue em expansão e a Bahia segue sendo atrativa", destacou o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico. A Bahia foi responsável pela geração de 37,3% de toda a energia do país, por fonte eólica, em março deste ano.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5.2076	R\$ 5.2086
Dólar Turismo	R\$ 5.27	R\$ 5.37
Euro turismo	R\$ 5.96	R\$ 6.06

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	91046,38	2,74%

POUPANÇA

3/6/2020	0,2588%
----------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1045,00

INFLAÇÃO

	Abril	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	-0,31	0,22%	2,40%
INPC/IBGE	-0,23%	2,46%	0,3%
IGP-M/FGV	0,80%	2,49%	6,69%

CONFIANÇA DO COMÉRCIO

Pesquisa O Índice de Confiança do Empresário do Comércio, medido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, teve uma queda de 20,9% na passagem em maio deste ano. Essa foi a maior queda registrada pelo indicador desde o início da pesquisa em março de 2011.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 03/06/2020	Página:

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A disputa por mercados será mais intensa no comércio externo após a pandemia, e o Brasil está mal posicionado nesse novo cenário. O país depende da China para manter as exportações de commodities, mas abriu várias frentes de atritos com os chineses. A instabilidade política aumentou a oscilação do dólar, o que dificulta a venda de manufaturados. A desastrosa gestão da crise na saúde afetou a imagem do país, isso pode prejudicar o comércio e certamente reduzirá a intenção de investimentos.

A forte queda da produção industrial em abril cria o ambiente para os pedidos de sempre da indústria. O erro não cometer é elevar o protecionismo e os subsídios para o setor. Mas é exatamente isso que a indústria já está pedindo.

Até o momento, as exportações brasileiras de produtos industrializados despencaram 23,2% de janeiro a maio, mas a venda de produtos básicos cresceu 8,8% e garantiu o nosso saldo comercial. A OMC estima que o comércio mundial vai cair 32% este ano em volume, mas o Brasil, em maio, conseguiu aumentar as exportações em 2,8% em toneladas.

Comércio externo após a pandemia

Segundo a pesquisadora associada do Ibre/FGV Lia Valls, isso acontece pelos embarques principalmente de soja e de outros produtos agropecuários para a China.

"O Brasil está mais dependente da China. Em abril, os chineses foram 37% das nossas exportações. Se eles conseguirem implementar um programa grande de testagem (do coronavírus), podem ampliar obras em infraestrutura, o que nos ajuda também com o minério de ferro, além das commodities agrícolas. Não faz sentido brigar com eles", explicou Valls. Em maio, a exportação para a China chegou a 40%.

O presidente da AEB, José Augusto de Castro, diz que o setor industrial mundial vive uma crise intensa pela retração da demanda provocada pelo coro-

navírus. Isso significa que haverá produtos manufaturados sobrando nas principais economias, e o Brasil terá extrema dificuldade de abrir novos mercados. A alta do dólar, que bateu em R\$ 5,90 e poderia aumentar a competitividade, se transformou, na verdade, em instabilidade. O câmbio já voltou para a casa de R\$ 5,20.

"Enquanto não estabilizar o dólar, não adianta para o exportador. Além disso, vejo com muita preocupação o combate do Brasil à pandemia, porque afeta a nossa imagem e, em ambiente de maior competição, isso pode significar a perda de um mercado. Com a Argentina, há pouco diálogo entre os dois governos. É cada um por si. E eles são nossos principais compradores de produtos industriais", diz Castro.

O Ministério das Relações Exteriores vive em um universo paralelo. No setor empresarial, ninguém acredita que de lá sairão soluções que abram portas para os produtos brasileiros. Já na Secretaria de Comércio Exterior, saiu Marcos Troyjo, para o banco do Brics, e entrou Roberto Fendt, que foi secretário-executivo do Conselho Empresarial Brasil-China. Por um lado, ele pode melhorar a relação com os chineses, por outro, haverá troca de cadeiras em plena crise.

O consultor Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior, teme que esteja havendo antecipação de compra de produtos agropecuários brasileiros. Ele diz que em abril aumentou muito a compra de frango do Oriente Médio, por temor de que a pandemia provoque paralisação em fábricas, como aconte-

ceu nos Estados Unidos. Ele também avalia que é um risco para o comércio externo se o Brasil ficar com a imagem de estar sendo dispendioso no combate à doença.

"Por enquanto, as commodities estão indo bem, mas há muitos países fazendo estoques de alimentos. Carne para o Oriente Médio disparou nos últimos dois meses, muito acima da média de consumo daquela região. Eles têm medo de que em algum momento o Brasil não consiga produzir", disse.

Em abril, mês em que a pandemia acelerou no Brasil, a participação dos manufaturados nas nossas exportações caiu para 22%, a mais baixa desde os anos 70. As exportações totais para Argentina despencaram 51% em maio e para os Estados Unidos recuaram 43%. Já para a China houve crescimento de 35%. Se o Brasil não conseguir entender as alterações no xadrez do comércio internacional, terá ainda mais dificuldade para retomar o crescimento.

O risco neste momento é recriar as velhas fórmulas de subsídio e proteção à indústria. Esse caminho a gente conhece. A conta fica alta para o contribuinte e para o consumidor.

ECONOMIA

Governo publica MP que viabiliza crédito

MICROEMPRESAS O governo federal editou a Medida Provisória 975/2020, que institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e faz alterações em duas leis na tentativa de destravar o crédito para as pequenas e médias empresas do país durante a pandemia do novo coronavírus. Dentre os vários pontos, o texto autoriza a União a aumentar em até R\$ 20 bilhões a sua participação no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), gerido pelo BNDES, exclusivamente para a cobertura das operações contratadas no âmbito do programa instituído pela MP.

A linha criada pela MP vai atender empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões. Após a publicação da MP, a modalidade ainda deve levar algumas semanas até estar pronta. Isso porque há todo um trâmite de aprovação necessário e questões operacionais. O orçamento de R\$ 20 bilhões a ser injetado no FGI já está aprovado, mas a liberação do recurso vai ocorrer por meio da subscrição de quatro tranches de até R\$ 5 bilhões sequenciais cada.

A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem e trata-se de mais uma iniciativa do governo voltada para o segmento, que enfrenta dificuldades para se financiar e cumprir obrigações como o pagamento da folha de salários. O programa será vinculado ao

GABINETE DE TRANSIÇÃO/DIVULGAÇÃO



“Se a gente comparar o Brasil com o resto do mundo, nós fomos rápidos e eficientes”
Roberto Campos Neto

Presidente do Banco Central

Ministério da Economia e o aporte ao fundo será feito por ato do ministro da pasta.

Antes dessa MP, o governo já havia lançado outros programas para os pequenos negócios. No entanto, os resultados ficaram aquém do esperado. Desde o início da turbulência econômica deflagrada pelo novo coronavírus, os bancos já emprestaram mais de R\$ 900 bilhões em recursos novos, renovações e suspensão de parcelas de empréstimos, conforme balanço da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) publicado nesta Segunda.

Apesar de o volume beirar R\$ 1 trilhão, o recurso à pequena e média empresa ainda enfrenta dificuldades para chegar na ponta, seja por problemas na oferta seja até mesmo pelo baixo apetite por endividamento frente às restrições impostas para cessão aos empréstimos.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, admitiu nesta segunda que as políticas para pequenas e médias empresas têm que ser intensificadas e que o governo discutiu no fim de semana medidas para que a ajuda chegue de forma mais rápida à ponta. “Esse é nosso principal problema hoje. O Banco Central deve anunciar medidas em breve com esse direcionamento”, disse ele.

Pedidos de auxílio emergencial em análise somam 11 milhões

BENEFÍCIO O número de pessoas com o pedido do auxílio emergencial em análise subiu de 10,9 milhões anteontem para 11 milhões ontem, disse o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães. Desse total, 5,7 milhões de cadastros estão em primeira análise e outros 5,3 milhões em segunda ou terceira análise, quando o cadastro foi considerado inconsistente e a Caixa permitiu a contestação da resposta ou a correção de informações.

O banco recebeu 106,6 milhões de solicitações de cadastro no aplicativo e no site, das quais 101,2 milhões foram processadas até agora. Do total de cadastros processados, 59 milhões foram considerados elegíveis e 42,2 milhões inelegíveis. O cadastro no programa pode ser feito no aplicativo Caixa Auxílio Emergencial ou no site auxilio.caixa.gov.br.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

113

poços do pré-sal responderam em abril por 69,5% da produção brasileira de óleo e gás, divulgou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A produção diária do Brasil chegou em abril a 3,738 milhões de barris de óleo equivalente

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 03/06/2020	Página:

Correio*

DÓLAR TEM MAIOR QUEDA DIÁRIA EM DOIS ANOS

MERCADO Em um dia de alívio nos mercados internacionais, o dólar comercial teve a maior queda diária em dois anos e fechou no menor nível desde meados de abril. A moeda americana encerrou o dia vendida a R\$ 5,21, com recuo de R\$ 0,174 (-3,23%). No mercado de ações, o dia foi marcado pela euforia. O Ibovespa, índice da B3 (bolsa de valores brasileira), fechou o dia aos 91.046 pontos, com ganho de 2,74%. O índice está no maior nível desde 10 de março.

PORTABILIDADE DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO CRESCE 200%

BANCOS As taxas de juros mais baixas estimularam os clientes bancários a trocar o financiamento imobiliário de banco. Em 2019, foram efetivados 4.610 pedidos de portabilidade de contratos de crédito imobiliário, informou ontem o Banco Central (BC). Segundo a autoridade monetária, embora ainda representem uma pequena fração do número total de créditos portados, as efetivações nessa modalidade cresceram mais de 200% em 2019, na comparação com o ano anterior.

Vinícius Nascimento*

REPORTAGEM
vinicius.nascimento@redabahia.com.br

Lúcio Santana tinha pouco mais de um ano trabalhando como vendedor em uma loja de departamento em um shopping da capital baiana quando começaram as medidas de isolamento social na cidade. Ele foi demitido, junto com outros colegas, e precisou dar entrada no seguro-desemprego no início do mês de abril.

Essa realidade é cada vez mais recorrente na Bahia. Números do Boletim Seguro-Desemprego, levantados pelo Ministério da Economia, apontam que, em 2020, o número de entradas solicitando o benefício cresceu em 97% aqui na Bahia em relação ao mesmo período do ano passado. Enquanto na primeira quinzena de maio de 2019 foram 12.971 pedidos, neste ano o número saltou para 25.601.

Superintendente de Desenvolvimento do Trabalho do estado, Marcelo Gavião, afirma que não esperava que o resultado fosse diferente por conta da matriz econômica da região que tem uma parcela significativa de sua economia voltada para o comércio e serviços. A pandemia afetou esses setores de forma direta: lojas fechadas, menos gente na rua para fazer compras. O baque era inevitável.

O comércio, por exemplo, perdeu 9.582 postos de trabalho em todo o estado durante o último mês de abril e puxa para cima uma outra estatística complicada: o saldo negativo registrado neste ano já "anula" o conquistado em 2019, quando a Bahia foi o estado que mais gerou empregos no Nordeste e o 5º que mais gerou no país.

"Apenas no mês de abril perdemos todo o saldo positivo do ano passado. A equação entre o número de contratados e demitidos gerou um número positivo, em 2019, de 35 mil postos. Ou seja: somando o número de contratados e subtraindo das demissões, tivemos um saldo positivo no ano passado. Só em abril de 2020 esse saldo inverteu para 32 mil postos negativos", explica.

ATENDIMENTO

Por outro lado, o superintendente afirma que outros setores passaram a gerar empregos em Salvador e Região Metropolitana: alimentos e supermercados por exemplo. Segundo Gavião, no último mês de abril houve registro de empresas que ampliaram o quadro de funcionários já que a demanda cresceu com as pessoas dentro de casa.

Há pessoas que vivem um drama ainda mais delicado. Estudante de psicologia, Raissa Calmon trabalhava no setor de atendimento para um aplicativo até dezembro do ano passado, quando houve um corte em massa. Ela deu entrada no seguro-desemprego, que rece-

●● Apenas no mês de abril perdemos todo o saldo positivo [de emprego com carteira] do ano passado
Marcelo Gavião

Superintendente de Desenvolvimento do Trabalho do Estado da Bahia

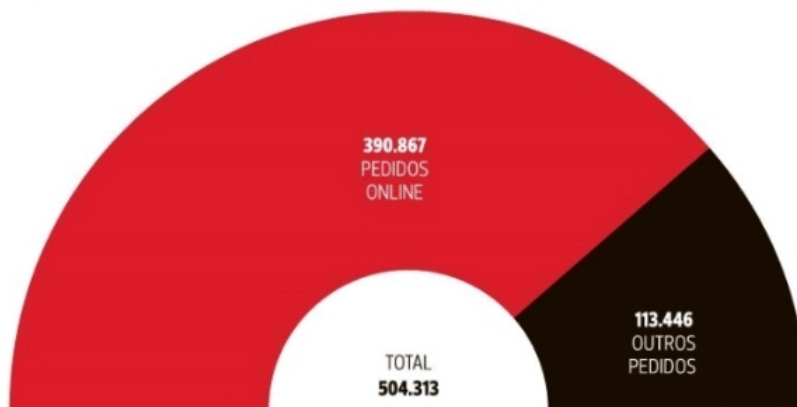
●● Estou em isolamento desde março e se tornou impossível sair e arranjar um novo emprego
Raissa Calmon

Estudante de Psicologia

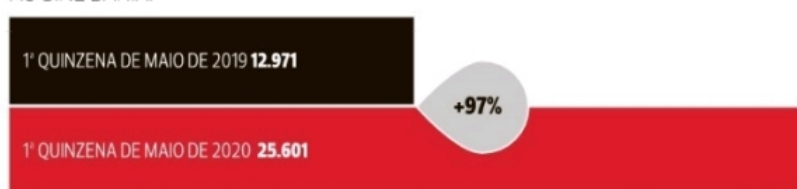
●● Todo trabalhador que tem direito ao seguro-desemprego pode fazer o pedido pelo site ou aplicativo Bruno Dalcolmo

Secretário de Trabalho do Ministério da Economia

PEDIDOS DE SEGURO-DESEMPREGO EM TODO O BRASIL ATÉ A 1ª QUINZENA DE MAIO



PEDIDOS DE SEGURO-DESEMPREGO AO SINE BAHIA:



Procura por seguro-desemprego quase dobra na Bahia em maio

Número de solicitações do benefício teve alta de 97% na primeira quinzena do mês passado

beu durante cinco meses.

Ela não conseguiu se relocalizar no mercado durante esse tempo. Nos três meses entre a demissão e o início da pandemia a oferta de trabalho estava escassa. Resultado: precisou abrir mão de alguns sonhos que já havia conquistado como independência e sua própria casa para retornar à casa da mãe.

"Já estava muito difícil encontrar emprego ante da quarentena e piorou depois disso. Estou em isolamento desde março e se tornou impossível sair e arranjar um novo emprego", conta.

Do dia 7 a 22 de maio, a Unidade Central do Sistema Nacional de Emprego na Bahia (SineBahia) realizou 18.211 atendimentos relacionados a entradas no segurador-desemprego. O tipo de atendimento mais utilizado foi o de orientações para solicitar o bene-

fício por meios digitais.

COMO PEDIR

O SineBahia orienta que os trabalhadores solicitem seus benefícios de forma virtual, evitando ir até os postos de atendimento e diminuindo o risco de contaminação pelo coronavírus. Vale lembrar que é preciso solicitar o auxílio de 7 a 120 dias após a demissão.

Há algumas opções para solicitar esse serviço sem sair de casa: o primeiro é pelo aplicativo Carteira de Trabalho digital, que está disponível na App Store e Google Play. Você precisa baixar o app e seguir duas etapas. Uma de cadastro e a outra de situação. Veja como fazer o cadastro no quadro ao lado. Também é possível fazer a solicitação pelo site Emprego Brasil (<https://servicos.mte.gov.br/>).

*COM SUPERVISÃO DA EDITORA CLARISSA PACHECO

Valor do benefício pode chegar a R\$ 1.813

O seguro-desemprego é um benefício que oferece auxílio em dinheiro ao trabalhador por um período determinado: varia de três a cinco parcelas, de acordo com o tempo trabalhado. Um empregado que ficou na empresa de 6 a 11 meses recebe três parcelas. Quem ficou de um ano a 23 meses recebe 4 parcelas. E de dois anos em diante tem direito a 5 parcelas.

O valor do benefício varia de R\$ 1.045 (salário mínimo) a R\$ 1.813,03. Para calcular o valor que receberá, o trabalhador deve somar o salário dos três meses antes de ser dispensado e dividir o total por três.

Caso o resultado da média salarial para o cálculo do seguro-desemprego for: até R\$ 1.599,61 multiplica-se o salário médio por 0,8 (80%); de R\$ 1.599,62 a R\$ 2.666,29 o que exceder R\$ 1.599,61 será multiplicado por 0,5 (50%) e somado a R\$ 1.279,69; acima de R\$ 2.666,29: a parcela será de R\$ 1.813,03.

O seguro-desemprego é um benefício que integra a seguridade social na legislação brasileira, garantido na Constituição Federal, e tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado sem justa causa.

PASSO A PASSO

Cadastro no aplicativo Clique em "Cadastrar"; digite CPF, nome completo, celular e email. Marque a opção "Não sou um robô" e "Eu aceito os Termos de Uso e Política de Privacidade". Depois, clique em "Continuar"; preencha questões pessoais solicitadas, como ano de nascimento e nome da mãe; a plataforma irá enviar uma mensagem por email ou para o número de celular (se você tiver informado); será preciso validar o cadastro pelo link enviado por email ou pelo código enviado por SMS; crie uma senha e está pronto o cadastro

solicitação Informe o CPF e, na tela seguinte, a senha. Vá em "Entrar"; selecione "Benefícios" Em seguro-desemprego, clique em "Solicitar"; informe o número do requerimento do seguro-desemprego (o número, de dez dígitos, está registrado no formulário entregue pelo empregador) e clique em "Localizar"; por fim, siga as instruções apresentadas

Tribuna

Raio Laser

Feira

O secretário de Saúde (Sesab), Fábio Vilas-Boas, contestou, no final da tarde de ontem, a crítica feita ao Governo do Estado pelo prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins (MDB), devido ao fato de uma policlínica no município estar fechada

há cerca de dois meses. "A decisão de manter fechada a Policlínica de Saúde de Feira de Santana será tomada no dia 15 de junho em Assembleia pelos prefeitos do consórcio, oportunidade em que o prefeito Colbert poderá se manifestar pela abertura", escreveu o titular da Sesab, em seu perfil no Twitter.



Fábio Vilas-Boas

Novo posto

O prefeito ACM Neto e o secretário municipal de Saúde, Leo Prates, entrega hoje, às 9h30, o novo posto de saúde de Vila Canária. A unidade tem capacidade para atender cerca de 650 pessoas por dia, através da atuação de quatro equipes de saúde da família e quatro para atendimentos odontológicos.

BN

Que os bancos pouco estão se empenhando para viabilizar o apoio financeiro às micro e pequenas empresas, não é novidade para ninguém. O que vem causando mais estranheza é a pouca participação do Banco do Nordeste no processo. Criado para estimular o desenvolvimento regional, gerentes do BN mostram-se pouco inteirados das normas que regulam a concessão de empréstimos emergenciais, pouco fazendo para destravar os financiamentos propiciados pelo governo federal. Lamentável.

Tribuna

Mesmo na crise, medicamentos aumentam 5,21%. Consumidores reclamam

Foto: Romildo de Jesus



CLEUSA DUARTE
REPORTER

"Injusto" de acordo com consumidores, mas anunciado pela a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e "fora da realidade" segundo o Sindicato do comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos da Bahia (Sincotarba), o reajuste de até 5,21% nos preços dos medicamentos para 2020 foi calculado conforme análise do Sindicato da Indústria de

produtos farmacêuticos (sindusfarma) em março, antes da pandemia. A suspensão por dois meses foi autorizada pelo governo Federal, mas liberada a partir da última segunda, 1º de junho.

O aval para o aumento foi publicado na noite da última segunda-feira, 1º de junho, em edição extraordinária do Diário Oficial da União (DOU) em decisão da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e as empresas já podem aplicá-lo. "As empresas produtoras

de medicamentos poderão ajustar os preços de seus medicamentos em 31 de maio de 2020, nos termos desta resolução", diz o ato.

Para o vice-presidente do Sindusfarma, Luiz Trindade, "isso não é bom e vai causar pânico na população. Aplica o aumento e os clientes fogem das farmácias. Estamos ainda em uma pandemia e os remédios mais procurados são a dipirona, paracetamol, hidroxcloroquina." Luiz ainda recomenda, "é importante o consumidor pesquisar

nas farmácias e drogarias as melhores ofertas dos medicamentos prescritos". O executivo pondera que, dependendo da reposição de estoques e das estratégias comerciais dos estabelecimentos, aumentos de preço podem demorar meses ou nem acontecer. Em tempos de pandemia e crise econômica que pode levar a uma recessão global, com desemprego recorde e diminuição da renda dos trabalhadores, reajuste do preço de medicamentos é preocupante."

Acontece amanhã, em Salvador, a 14ª edição do Dia Livre de Impostos

A CDL Jovem, órgão da Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador - CDL realiza na próxima quinta-feira (04), a 14ª edição do DLI - Dia Livre de Impostos. A instituição é responsável na capital baiana pela ação que acontece em todo o país, coordenado nacionalmente pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e pela CDL Jovem nacional.

No ano passado, o evento contou com a participa-

ção de mais de cinco mil lojistas de diversos segmentos do varejo, como supermercados, drogas, shoppings centers, padarias e restaurantes. Para o presidente da CNDL, José César da Costa, "a projeção do aumento dos gastos do governo por conta das ações emergenciais na pandemia do coronavírus e a perspectiva do fechamento de milhares de empresas tomou a discussão sobre o sistema tributário no país

inadiável", afirmou para o portal CDL.

Para participar, lojistas podem se cadastrar no endereço www.dialivredeimpostos.com.br para comercializar seus produtos e serviços sem repassar o valor da tributação aos clientes. A iniciativa tem como

objetivo conscientizar a população e sensibilizar as autoridades sobre a necessidade de reformas estruturais no modelo fiscal brasileiro. A adesão é gratuita bem como o kit com material de comunicação visual, cartazes, banners e demais peças, disponíveis para

download. "Outro aspecto importante é que o apelo da campanha também pode ajudar lojistas a venderem mais para zerar estoques, uma vez que a redução de valores sempre é um atrativo para o consumidor", explica o presidente da CDL Jovem de Salvador, Bruno Thomaz.

FÁBRICA DE PAPEL DA BAHIA S/A - SAPELBA

CNPJ / MF: 15.120.006/0001-92 NIRE: 25300004201

EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FIMOR EMPRESA DE CAPITAL FECHADO

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Senhores: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.S.ªs e demais acionistas, nosso Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e o parecer do Auditor Independente, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparativo com o exercício

Tribuna

Vendas terão queda de 29% no Dia dos Namorados

FLÁVIO GOMES
JORNALISTA

O comércio terá mais um impacto negativo neste período de Pandemia do novo Coronavírus. Seguindo o protocolo de medidas restritivas de segurança do poder público, que visam o combate do Covid-19, muitas lojas não poderão funcionar e, para aquelas que estarão em pleno funcionamento, o volume de vendas será bastante abaixo de anos passados.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia - Fecomércio-BA projetou que o desempenho das vendas, para os 12 primeiros dias de junho, deve faturar 29% a menos do que o mesmo período de 2019, nas atividades mais sensíveis. O cálculo indica como deve ser o ritmo de consumo no período.

Segundo consultor econômico da Federação, Guilherme Dietze, o desempenho desfavorável atual é resultado de vários fatores como a quarentena com lojas fechadas, aumento do desemprego e redução da renda, além da priorização dos gastos essenciais e acesso ao crédito de forma mais restrita.

"Importante lembrar também que o setor de Serviços tem grande participação no Dia dos Namorados e que, este ano, deve sofrer um enorme impacto por causa da pandemia. Os casais buscam, tradicionalmente, reservar mesas em bares e restaurantes, hotéis, motéis etc.", ressalta o economista. A taxa



COMÉRCIO

Com shoppings fechados, a opção é pedir delivery ou comprar via drive-thu

de ocupação em Salvador, por exemplo, está cerca de 5%, de acordo com a Associação do setor, a pior taxa da história. A expectativa apontada pelo especialista é de um faturamento de R\$ 1,12 bilhão em setores como vestuário, eletroeletrônicos, farmácias e perfumarias, além dos supermercados. O valor estimado é 29% inferior ao visto no ano passado. Significa uma perda de R\$ 450 milhões no período.

O Presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado da Bahia - Sindilojas, Paulo Mota, acredita que o mês de junho é um período perdido em relação ao comércio.

"Nossas lojas estão fe-

chadas, sem perspectivas efetiva de ter um posicionamento consistente fazendo com que o consumidor se sinta de maneira ainda tranquila de frequentar as áreas comerciais. Eu vejo o mês de junho perdido, com duas datas importantes, com o dia dos namorados no dia 12, e o São João no dia 24. Já fizeram a bobagem de antecipar o São João, uma atitude totalmente desconexa da realidade dos municípios. A sensação é muito preocupante", disse Paulo.

Já para o Coordenador regional da Associação Brasileira de Shopping Centers - Abrasce, Edson Piaggio, não existe a possibilidade de uma previsão sobre as vendas des-

de período.

"Não se pode fazer nenhuma previsão de vendas, porque não se tem ainda a informação de quando vai abrir todas as lojas dos shoppings. Com o drive thru, o percentual de vendas é muito pequeno se comparado se as lojas tivessem abertas. Esperamos que a situação esteja melhor em todos os aspectos. Há 211 shoppings abertos pelo Brasil e até o dia 12, a expectativa é que tenhamos 250. É difícil fazer qualquer tipo de ação com os shoppings nesta situação. O Protocolo está previsto para não se fazer nenhuma promoção. É um ano muito pessimista para todos os segmentos da economia", pontuou.

Tribuna

Governador anuncia medidas mais restritivas no extremo-sul

Desta quarta-feira (3), data em que sai publicado o decreto com a medida no Diário Oficial, até a próxima terça-feira (9), os 19 municípios do extremo-sul da Bahia terão medidas restritivas mais duras com o intuito de conter o avanço do novo coronavírus na região. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa, durante uma live nas redes sociais, no início da tarde desta terça-feira (2). O documento determina que apenas serviços essenciais poderão funcionar, além da proibição da circulação de pessoas entre 18h e 5h.

O governador deu a notícia logo após concluir uma reunião com todos os prefeitos e prefeitas da região. "Acertamos que amanhã [3] sairão decretos estadual e municipais, determinando uma ampla restrição até a próxima terça-feira [9], permitindo o funcionamento apenas dos serviços essenciais, a exemplo de agências bancárias, supermercados, farmácias, casas de alimentos para animais e serviços de emergências de saúde", listou Rui, que ainda informou que "na próxima quinta ou sexta-feira, será aberto um hospital de campanha em Teixeira de Freitas, e que o Estado está tratando da abertura de 20 novos leitos de UTI,

além dos que já existiam".

Por fim, o governador pediu a cooperação e a compreensão de todos os baianos, sobretudo os que residem na região. "A região que mais preocupa nossa gestão, no que se refere ao avanço do coronavírus, é o extremo-sul. Hoje, conversamos sobre a necessária e urgente medida de maior restrição, após constarmos taxas altíssimas, com cidades chegando a 200 casos e crescimentos médios diários de 28%, inclusive Eunápolis, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Itamaraju. Se não tomarmos medidas, poderemos presenciar uma explosão de casos e uma explosão de demanda de UTI de leitos clínicos, que não podemos ofertar. Quero pedir a compreensão de todos da região extremo-sul, pois não podemos ter uma explosão e depois contabilizar um grande número de mortes", alertou.

Estarão incluídos no decreto estadual os municípios de Itamaraju, Teixeira de Freitas, Nova Viçosa, Mucuri, Prado, Ibirapuã, Vereda, Itanhém, Medeiros Neto, Alcobaça, Lajedão, Caravelas, Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Itapebi, Belmonte, Itabela e Guaratinga.

Rui reforça atuação regionalizada no enfrentamento da pandemia

Nesta terça-feira (2), o governador Rui Costa fez uma transmissão pelas redes sociais para a imprensa das regiões nordeste e litoral norte da Bahia e falou sobre as estratégias de enfrentamento ao novo coronavírus. "Desde o início da pandemia na Bahia temos adotado ações por região. Mantemos um diálogo diário com os prefeitos e orientado que montem nas cidades pelo menos uma unidade de acolhimento de pessoas com casos suspeitos. Os pacientes que apresentarem sintomas mais intensos e que necessitarem de um atendimento mais complexo são encaminhados para os hospitais regionais, que possuem leitos de UTI já disponíveis e outros em fase de implantação".

Rui explicou que a estrutura de atendimento montada pelo Governo do Estado atua de forma regionalizada para oferecer atendimento ao maior número possível de pessoas. "Temos investido em leitos de UTI em todas as regiões para atender os baianos, mas nenhum sistema de saúde do mundo é capaz de suportar

uma grande taxa de contágio sem entrar em colapso. Os países mais ricos do mundo não conseguiram. O distanciamento social é a única forma de combater o vírus, por isso eu peço que as pessoas fiquem em casa para que possamos retomar nossas atividades normais o mais cedo possível", alertou.

Para atendimento na região norte, o Hospital Regional de Juazeiro conta com 39 leitos em funcionamento. Em Paulo Afonso, no Hospital Nair Alves de Souza, 30 leitos de referência para o coronavírus estão sendo implantados, entre clínicos e UTIs adultos. Em Senhor do Bonfim, 26 leitos estão sendo implantados no Hospital de Campanha para tratamento de Covid-19.

Em Tucano, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) foi equipada com respiradores para receber os pacientes. O Hospital Santa Tereza, em Ribeira do Pombal, possui 12 leitos ativos e mais dois sendo implantados. No litoral norte, o Hospital Dantas Bião, em Alagoinhas, conta com 24 leitos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 03/06/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 03 de Junho de 2020 - 08:50

TJ-BA mantém suspensão de licitações de mais de R\$ 300 milhões para construção de escolas

por Cláudia Cardozo

O presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), desembargador Lourival Trindade, manteve a suspensão de licitações de R\$ 333 milhões promovidas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano (Conder), durante o período da pandemia. A ação que suspendeu as licitações foi ajuizada pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA). O pedido para retomar as licitações foi feito pela Conder.

Segundo o presidente do TJ-BA, a licitação dessa modalidade deve ser presencial, em audiência pública com os interessados. Ocorre que, diante da pandemia, a Conder havia dispensado a necessidade dos participantes estarem presentes na sessão e determinou a remessa dos envelopes de propostas por Correios. Lourival explica que, desta forma, a Conder mudou o edital unilateralmente e que tal medida pode ferir a transparência e dificultar a fiscalização do certame. A decisão de primeiro grau que suspendeu as licitações impôs multa única de R\$ 100 mil, que pode ser majorada até R\$ 1 milhão.

As licitações previam a construção de 9 escolas em tempo integral e modernização de outras 110 unidades. A Conder alegou que a licitação é necessária para reorganização das unidades escolares. O MP-BA, em um parecer, afirmou que recebeu notícias de irregularidades nas licitações e pediu a nulidade dos feitos diante da inexistência de motivos para adoção de regime de contratação integral.

De acordo com Lourival Trindade, a Conder não apresentou argumentos de que há risco à ordem pública, saúde e à segurança. Diz ainda que o argumento de que é preciso cumprir a Meta 6 do Plano Nacional de Educação não justifica a necessidade de retomada das licitações, por não apresentar lesão aos bens jurídicos.

Veículo: Política Livre	
Data: 03/06/2020	Caderno: Economia



03 de junho de 2020 | 09:24

Pandemia destruiu produção industrial brasileira em abril

ECONOMIA

A pandemia da Covid-19 destruiu a produção industrial do Brasil no mês de abril, o primeiro que começou e terminou com medidas de isolamento social decretadas em todo o país. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a queda de 18,8% na comparação com março -que já havia caído 9,1%- é a pior da história. Na comparação com abril do ano passado, os efeitos são ainda mais sentidos, com recuo de 27,2%. É o sexto resultado negativo nessa base de análise.

A projeção da Bloomberg era de 28,3% de retração com relação a março de 2020 e 36,1% de recuo na comparação com abril do ano passado. O registro negativo divulgado nesta quarta-feira (3) pelo IBGE superou a queda de 11% de maio de 2018, quando ocorreu a greve dos caminhoneiros. Porém, aquela produção foi reposta no mês seguinte, algo que não será visto agora, já que as medidas de isolamento social continuaram.

A queda foi generalizada e atingiu todas as categorias da pesquisa e a maioria dos ramos pesquisados. A principal influência negativa veio do setor automotivo. Em abril, 64 das 65 fábricas de automóveis no Brasil suspenderam suas operações no Brasil. O primeiro óbito conhecido de Covid-19 no país ocorreu no dia 17 de março. A partir daí, com o avanço da doença, o país promoveu o isolamento social como forma de combater a pandemia. Em abril, os efeitos econômicos começaram a ser sentidos com mais intensidade, já que as medidas restritivas duraram do começo ao fim do mês.

Diante desse cenário, a Covid-19 intensificou o aumento do desemprego no Brasil, que chegou a 12,6% no trimestre encerrado em abril, e contribuiu para que 4,9 milhões de posto de trabalho fossem perdidos. A população ocupada teve uma queda recorde de 5,2% na comparação com o trimestre anterior.

Veículo: Política Livre	
Data: 03/06/2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

03 de junho de 2020 | 08:15

Abril teve queda de 23% na busca de crédito por empresas, diz Serasa

ECONOMIA

Abril registrou uma queda de 23,3% na busca por crédito por parte de empresas de comércio, serviços e indústrias. O número é o mais baixo para o período desde 2008, segundo a Serasa Experian.

Mônica Bergamo/Folha de S.Paulo

Veículo: Bahia.ba	
Data: 02/06/2020	Caderno: Bahia



Publicado em 02/06/2020 às 15h33.

Secretaria de Saúde adquire R\$ 745,5 mil em câmeras com medição de temperatura

Contrato de prestação de serviço foi fechado no último dia 27; uso deve ser semelhante àquele adotado pelas estações de metrô de Salvador

Estela Marques



Câmeras de monitoramento com medição de temperatura foram instaladas nas estações do metrô. Foto: Mateus Pereira/ GOVBA

A Secretaria de Saúde de Salvador contratou os serviços de videomonitoramento com câmeras capazes de medir a temperatura dos indivíduos. Os equipamentos têm também reconhecimento facial e reconhecimento de uso de máscara de proteção individual.

De acordo com especificações do contrato, assinado no último dia 27 de maio, as câmeras emitem alertas sonoros e relatórios, caso identifiquem alteração na temperatura do indivíduo monitorado. O valor global do contrato é de R\$ 745,5 mil.

O secretário Leo Prates, titular da Saúde em Salvador, não deu detalhes sobre o uso dos equipamentos, como onde serão usadas. No entanto, ele afirmou que a proposta é semelhante àquela adotada pelo governo do estado e a CCR Metrô.

Na última segunda-feira (1º), o governador [Rui Costa anunciou a instalação de câmeras de monitoramento](#) que medem temperaturas dos passageiros. Quem estiver com temperatura acima de 37,8°C, será chamado para fazer o teste rápido ou o RT-PCR.

De Mussolini@edu para Jair@gov

Todos os políticos comem, mas os fascistas comem com as mãos

Elio Gaspari

Journalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Capitão Bolsonaro,

O senhor usou uma frase que eu repeti em 1932: "É melhor viver um dia como leão que cem anos como cordeiro". O Donald Trump também a usou. Escrevo-lhe para retificar essa fanfarronada, uma das muitas que soltei pela vida. Eu morri como um gatinho.

Na tarde de 27 de abril de 1945 os russos estavam perto de Berlim e eu fugia pelo norte da Itália num comboio alemão, vestindo o capote de um cabo da Wehrmacht, escondido dentro de um capacete.

Fomos interceptados por uma patrulha de combatentes italianos e fui reconhecido no fundo do veículo. Aprisionado, levaram-me para uma casa, onde passei a noite. Pela manhã, deram-me algum salame e pão. O Partido Comunista destacou uma patrulha para me matar e à tarde chegou o "Coronel Valerio". Foi metralhado diante do portão.

Fiquei cerca de 24 horas com meus captivos e são muitas as versões do que aconteceu nesse período, mas nenhuma de-

las registra momentos de bravura. Não sei se há coragem no suicídio, pois nunca pensei em me matar. Hitler matou-se dois dias depois. Um dia encontrei aqui o Getúlio Vargas e ele me explicou que, matando-se, dobrou seus inimigos. É verdade, mas eu, como Napoleão Bonaparte, não tinha essa carta. Havia enfiado a Itália numa guerra e ela estava perdida.

O que os italianos fizeram com meu cadáver, pendurando-me de cabeça para baixo num posto de gasolina, foi

apenas uma prova da volubidade daquele povo. Uma gente que me adorava, ainda que a reciprocidade não fosse verdadeira.

Escrevo-lhe porque tenho um especial carinho pelo Brasil. Em 1916, quando os Bolsonaros já viviam no interior de São Paulo há algum tempo, eu fui convidado para dirigir um jornal socialista na cidade. Não aceitei, porque minha mulher engravidou. Antes tivesse ido.

O primeiro posto diplomático do meu genro foi o Rio de

Janeiro. O senhor deve ter ouvido falar no Galeazzo Ciano, ele financiava os integralistas. Minha filha Edda esteve no Brasil em 1939 e ficou hospedada na mansão da família Prada. Depois da guerra uma das minhas netas viveu aí.

Eu cheguei ao poder nos braços do povo, com os punhos da minha milícia. Eram chamados de "squadristi".

O Hitler copiou esse modelo e depois liquidou-o, criando coisa pior. Eles aterrorizavam os adversários políticos, espancavam esquerdistas e empastelavam jornais. O chefe dessa milícia era Roberto Farinacci. Ladrão, colecionava denúncias contra minha família. (Minha filha teve 95 apartamentos em Roma, mas essa é outra história.)

Farinacci passava-se por ideólogo, mas era apenas um bajulador de plutocratas. Por coincidência, foi fuzilado no

mesmo dia que eu. Dizem que deixou equivalente a € 10 milhões. Em 1943, me contaram que guardava 80 quilos de ouro em casa. O poder subiu-lhe à cabeça e acabou metendo-se com uma marquesa de dois nomes e três sobrenomes.

Farinacci não morreu como um leão, porque se deixou capturar. Também não morreu como um gatinho, pois encarou o pelotão de fuzilamento e gritou "viva a Itália". Os meus milicianos empocalharam o fascismo. Poucos morreram no campo de batalha. Alguns aninharam-se com a elite, mas a maioria meteu-se com boquinhos.

Dai a maledicência segundo a qual todos os políticos comem, mas os fascistas comem com as mãos.

Despeço-me, sugerindo que me esqueça.

Benito Mussolini

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso Rocha de Barros | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari, Conrado Hübner Mendes | QUI. Fernando Schüller | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Planalto atrasa dados de cartão após evidência de gasto alto

Fatura de maio do corporativo ainda não foi apresentada, contrariando protocolo

Thiago Resende

BRASÍLIA Após o elevado gasto com cartão corporativo da Presidência da República ser revelado pela imprensa, o governo Jair Bolsonaro (sem partido) não seguiu o protocolo, e a fatura de maio ainda não foi apresentada.

Os dados mais recentes divulgados pelo Portal da Transparência mostram o extrato de abril, referente às despesas de março.

A CGU (Controladoria-Geral da União), responsável pela plataforma, informou à Folha por duas vezes, em maio, que a fatura do mês (com os gastos de abril) seria publicada até domingo passado (31).

Porém, o portal segue inalterado. A última atualização foi em 1º de abril, segundo a CGU.

Procurada, a CGU disse que o lançamento deverá ser feito até esta quarta-feira (3) e que o atraso ocorreu por causa da sobrecarga no processamento de dados a serem incluídos no portal. O Palácio do Planalto não se manifestou.

No dia 10 de maio, reportagens mostraram o alto volume das despesas com cartão corporativo da Presidência.

Bolsonaro chegou a se defender no caso falando a apoiadores na frente do Palácio da Alvorada, residência oficial.

A Folha noticiou que a gestão atual gasta mais com esses cartões do que Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB).

Sob Bolsonaro gastou-se,

em média, R\$ 709,6 mil por mês, o que representa uma alta de 62% em relação ao governo do emedebista e de 3% em comparação com a administração da petista.

Por mês, Dilma tinha média de gastos de R\$ 686,5 mil. Temer despendia R\$ 441,3 mil.

Os dados são do Portal da Transparência do governo federal, que reúne informações de 2013 a março de 2020 (fatura mais recente, de abril). Os valores foram corrigidos pela inflação do período.

As comparações são com base nas faturas do CPGF (Cartão de Pagamento do Governo Federal) da Secretaria de Administração da Presidência da República, que cuida das despesas de Bolsonaro, de sua família e de funcionários próximos — por exemplo, da Casa Civil.

No dia 7 de maio, a CGU declarou que não havia atraso na publicação da fatura do mês, que reúne as despesas realizadas em abril. "Os dados de cartões de pagamento estão atualizados até 04/2020. A próxima atualização, cuja periodicidade é mensal, está prevista para o dia 31."

No dia 18 de maio, ante novo questionamento, a CGU manteve o prazo. "Considerando as rotinas de processamento e carga dos dados no Portal da Transparência, a CGU trabalha com um prazo estimado de publicação até o final de cada mês subsequente. O órgão ainda ressaltou que,

sempre que possível, antecipa a atualização do sistema, citando que o extrato de abril (com gastos de março) foi disponibilizado no dia 1º e não no dia 31 de abril.

"É preciso que esses dados sejam divulgados de maneira regular para que haja o acompanhamento sobre essas verbas que interessam a todos. Não há nenhum motivo para esse atraso", disse o secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco.

Os cartões corporativos do Planalto são usados, entre outras despesas, para a compra de materiais, prestação de serviços e abastecimento de veículos oficiais. Também financiam a operação de segurança do presidente e em viagens (até o momento foram 13 internacionais), além da manutenção e realização de eventos na residência oficial.

Os valores totais das despesas do cartão da Presidência são divulgados. Porém, há sigilo sobre a maioria dos gastos, como alimentação e transporte do presidente.

O argumento é que são informações sensíveis da rotina presidencial e que a exposição pode colocar o chefe do Executivo em risco.

Em resposta às reportagens de maio, Bolsonaro disse que a fatura de seu cartão incluiu R\$ 739 mil, em fevereiro, usados em uma operação de repatriação de 34 brasileiros que estavam em Wuhan, na China, onde houve os primeiros

casos de coronavírus. Isso, porém, ainda não foi comprovado; o governo mantém o sigilo sobre quase todo o detalhamento do extrato.

Embora Bolsonaro tenha citado apenas esse argumento, a

Secretaria Geral da Presidência afirmou, na época, que o aumento das despesas com cartões corporativos também decorre, entre outros gastos, do "atendimento da manutenção" e de "eventos na residência presidencial".

A pasta ressaltou que o número de parentes do presidente é maior do que o dos antecessores, o que "acarreta no incremento de despesas para as atividades, sobretudo as de segurança institucional".

Em relação às viagens do presidente, o governo disse que todas têm suporte da equipe de segurança, o que incluiu hospedagem, alimen-

tação, pedágios e combustível. Nos deslocamentos internacionais, são pagas ainda despesas aeroportuárias.

Antes de assumir o governo, a equipe de Bolsonaro chegou a avaliar o fim desses cartões, que desencadearam um escândalo político com auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Os cartões corporativos, porém, continuam funcionando. Foram criados em 2001, no governo FHC (PSDB).

Na gestão Bolsonaro, as despesas vinculadas ao gabinete do presidente e a funcionários do Planalto aceleraram a partir de outubro do ano passado.

folhamed

6 meses grátis para profissionais da saúde

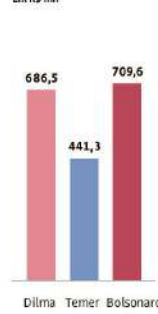
A partir do 7º mês, R\$ 9,90 mensais pelo período de 6 meses.

Assinefolha.com.br/folhamed

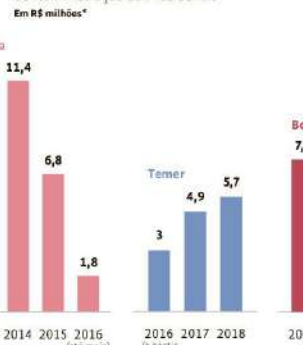
FOLHA

Presidência gasta mais com cartão do que gestões anteriores

Média mensal de gasto com cartão corporativo por presidente



Gastos com cartões corporativos da Secretaria de Administração da Presidência



*Valores corrigidos pela inflação (IPCA) Fonte: Portal da Transparência

*R\$ 1 mil em maio a partir do 1º mês.

mercado **coronavírus**

Fila do Bolsa Família ainda penaliza Norte e Nordeste

Com pandemia, programa recebe mais verbas e tem avanço em Sul e Sudeste

Thiago Resende

BRASÍLIA O Bolsa Família atendeu menos famílias nas regiões Norte e Nordeste em maio deste ano do que no mesmo mês de 2019, justamente no momento em que o governo avalia prorrogar o auxílio emergencial e economistas falam em criar uma renda básica permanente para reduzir as desigualdades sociais.

Nas regiões mais ricas do país, o Sul e o Sudeste, houve um aumento no número de beneficiários, considerando o mesmo período.

Há um ano, o governo de Jair Bolsonaro (sem partido) iniciou uma sequência de cortes de famílias e praticamente travou a entrada de novos beneficiários.

Com o enfraquecimento do Orçamento neste ano por causa da pandemia, mais dinheiro foi destinado ao programa e o governo atende a mais pessoas carentes. Mas a fila de espera ainda persiste. São 433 mil famílias aptas a receber o benefício e que ainda aguardam a liberação, segundo dados obtidos pela Folha por meio da Lei de Acesso à Informação.

Esta é a primeira vez que o Ministério da Cidadania revela oficialmente o tamanho da fila. Desde outubro do ano passado, quando a Folha mostrou o enxugamento no Bolsa Família, o governo se recusa a apresentar informações à imprensa e à Câmara, que cobrava respostas.

Sem dinheiro, a equipe de Bolsonaro passou a controlar o acesso ao programa a partir de junho de 2019. A fila chegou a 1 milhão de famílias em dezembro do ano passado e, no primeiro trimestre de 2020, a 1,6 milhão, segundo técnicos do governo que não quiseram ser identificados.

O valor extra para o Bolsa Família na pandemia permitiu que o Ministério da Cidadania incluisse cerca de 1,2 milhão de famílias. Isso, contudo, não representou uma retomada do programa ao período anterior aos cortes.

Norte e Nordeste ainda não se recuperaram totalmente (queda de aproximadamente 1,5%), enquanto que Sul e Sudeste registraram uma ampliação da cobertura — de 1,21% e 1,33%, respectivamente.

Portanto, a fila de esperaresmantes penaliza mais os estados das regiões mais pobres. O Ministério da Cidadania diz que o sistema para incluir famílias é automático e leva em consideração um modelo com a estimativa de pobreza em cada estado.

O governo, porém, usa um mecanismo estatístico com base em dados colhidos no Censo de 2010, realizado pelo IBGE. Na época, foi calculado que 13,8 milhões de lares se encaixam em situação de vulnerabilidade de renda.

Definiu-se, assim, o número estimado de famílias pobres por município, servindo de parâmetro para as concessões de benefício do Bolsa Família atualmente”, diz a pasta.

Hoje, o programa atende a 14,3 milhões de lares — sem considerar a fila de espera. A tabela usada pelo governo aponta, por exemplo, que, em março, quando muitos estados do Nordeste registraram a menor cobertura dos últimos anos, a região tinha 105% dos benefícios estimados no sistema.

Ou seja, o Bolsa Família atendia mais do que o esperado pelo modelo do governo, enquanto a fila de espera atingia nível bastante elevado.

“Isso mesmo aconteceu com o Norte — mas em alguns estados da região, como Rondônia, a estatística ainda indicava déficit de cobertura.

Por isso, na hora que o programa foi destravado, em abril por causa do coronavírus, a liberação foi maior para as outras regiões — o Sul tinha, em março, uma cobertura de 77% do parâmetro calculado há dez anos, e o Sudeste, de 84%.

“Isso precisa ser ajustado. O IBGE tem estudos mais recentes. Por exemplo, a Pnad [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios], que é menos ampla que o Censo, mas que serviria para reestimar a distribuição da pobreza”, avalia Maurício Bugarin, professor do Departamento de Economia da UnB (Universidade de Brasília) e que já fez um estudo sobre a qualidade do gás público no Bolsa Família.

Para aprimorar o programa, ele sugere uma ampliação do orçamento. Assim, seria possível criar medidas que estimulem famílias a se tornarem independentes, com acesso a microcrédito e educação financeira.

O governo estuda uma reformulação dessa política social desde do primeiro ano da atual gestão, mas, até hoje, não foi lançado. O Bolsa Família é o carro-chefe dos programas sociais do governo e transfere renda diretamente para os mais pobres. A fila de espera se forma quando as respostas demoram mais de 45 dias.

O prazo vinha sendo cumprido desde agosto de 2017, durante a gestão de Michel Temer (MDB). Mas, por falta de recursos, o programa não consegue cobrir a todos desde junho do ano passado.

O Bolsa Família atende a famílias com filhos de 0 a 17 anos e que vivem em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais, e pobreza, com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178 por mês. O benefício médio foi de R\$ 191,86 até março.

Temporariamente, durante a pandemia, o valor depositado a quase todas as famílias será o mesmo do auxílio emergencial dado a trabalhadores informais e microempresários — de R\$ 600.

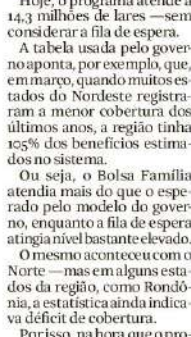
Técnicos do governo temem que, sem a ampliação do Bolsa Família, a fila aumente ainda mais. Mais pessoas devem sofrer corte na renda por causa da crise econômica e entrar na faixa considerada pobre ou extremamente pobre, que tem direito à transferência.

Assim que estourou a pandemia, Onyx Lorenzoni, recém-transferido para o Ministério da Cidadania, anunciou que em abril a cobertura do Bolsa Família, após sofrer sucessivos cortes, seria recorde. Mas não foi.

Foram 14,27 milhões de famílias beneficiadas em abril, contra 14,34 milhões em maio do ano passado. Em maio de 2020, a cobertura passou para 14,28 milhões, ainda sem retornar ao patamar anterior à maior sequência de cortes na história do programa.

Programa continua com fila de espera

Maio de 2019 Maio de 2020 Menor cobertura no período*



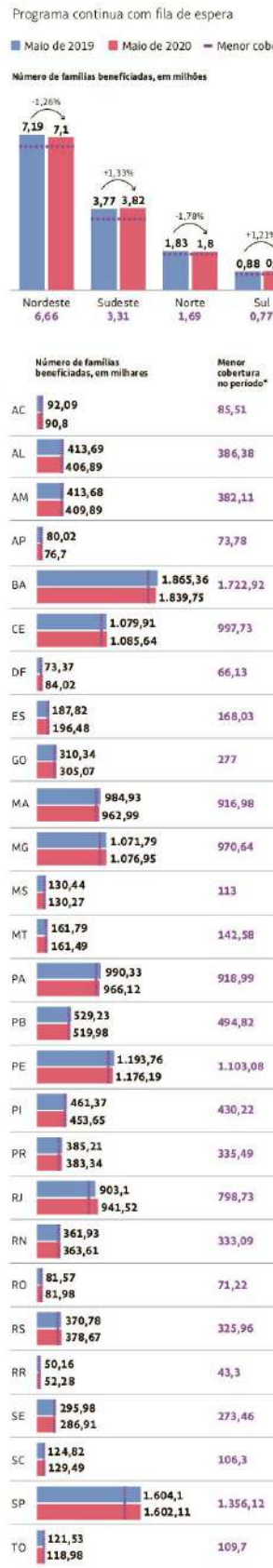
433 mil famílias estão na fila de espera

*Varia entre dezembro de 2019 e março de 2020. Fonte: Ministério da Cidadania

UF	Número de famílias beneficiadas, em milhares	Menor cobertura no período*	Variação entre maio de 2019 e de 2020 (em %)
AC	92,09	90,8	-1,4
AL	413,69	406,89	-1,64
AM	413,68	409,89	-0,91
AP	80,02	76,7	-4,15
BA	1.865,36	1.839,75	-1,37
CE	1.079,91	1.065,64	0,53
DF	73,37	84,02	14,52
ES	187,82	196,48	4,61
GO	310,34	305,07	-1,7
MA	984,93	962,99	-2,23
MG	1.071,79	1.076,95	0,48
MS	130,44	130,27	-0,12
MT	161,79	161,49	-0,19
PA	990,33	966,12	-2,45
PB	529,23	519,98	-1,75
PE	1.193,76	1.176,19	-1,47
PI	461,37	453,65	-1,67
PR	385,21	383,34	-0,48
RJ	903,1	941,52	4,25
RN	361,93	363,61	0,46
RO	81,57	81,98	0,51
RS	370,78	378,67	2,13
RR	50,16	52,28	4,24
SE	295,98	286,91	-3,07
SC	124,82	129,49	3,74
SP	1.604,1	1.602,11	-0,12
TO	121,53	118,98	-2,10

Cobertura do Bolsa Família perde peso no Nordeste e Norte

Programa continua com fila de espera



433 mil famílias estão na fila de espera

*Varia entre dezembro de 2019 e março de 2020. Fonte: Ministério da Cidadania

Govto terá de manter auxílio emergencial, diz defensora da renda básica

ENTREVISTA TATIANA ROQUE

Fernanda Mena

SÃO PAULO A possível prorrogação do auxílio emergencial de R\$ 600, um tipo de renda básica emergencial, durante e após a pandemia do coronavírus mostra que o governo federal está num impasse. Com a queda de popularidade de Jair Bolsonaro entre as classes média e alta, o auxílio de R\$ 600 por três meses tem angariado apoio entre as camadas mais pobres, essencial à sobrevivência do presidente. Ao mesmo tempo, o governo precisa de pessoas sem alternativa de renda para forçar a retomada da atividade econômica.

A avaliação é da matemática Tatiana Roque, coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura da UFPA (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e vice-presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, criada há pouco mais de um ano e que tem como presidente de honra o vereador paulistano Eduardo Suplicy (PT).

Qual crítica a sr. faz ao auxílio emergencial nos moldes atuais? Ele foi pensado para um período muito curto. Não vai dar nem para o começo. A pandemia, em si, já vai durar muito mais.

Além disso, você tem o pós-pandemia, em que haverá uma crise gigantesca, e a renda básica seria uma maneira de recuperar a economia mais rapidamente.

Como? Pessoas mais pobres têm grande propensão a consumir porque têm muitas necessidades. Qualquer dinheiro na mão de uma pessoa pobre vai voltar imediatamente para o comércio, dinamizando a economia. Esse efeito ainda aumenta muito a arrecadação. Nos municípios, quem fez a conta chegou a algo em torno de 4%.

A pandemia atualizou o debate sobre a intervenção do Estado na economia? Agente está hoje numa situação em que me parece nítida a necessidade da presença do Estado na proteção social e na regulação econômica.

Essa participação estatal no modo de proteção social se deu na fundação do Estado de bem-estar social no pós-guerra, em um contexto de pleno emprego, financiada em parte com contribuições dos trabalhadores para a Previdência e em parte pelos empregadores, que contribuem sobre atividade econômica e salarial. Então, a concepção desse Estado de Bem-Estar do pós-guerra só funciona com pleno emprego, tanto que as pessoas que o criaram, como o economista britânico William Beveridge [1879-1963], propunham modelos para você atingir emprego total.

Só que o modelo até hoje é mais ou menos assim, mesmo que o contexto seja totalmente outro. Não temos como financiar proteção social baseada na contribuição do emprego porque não só não existe perspectiva de pleno emprego como aquele que existe e vai resistir é o subemprego.

Como fica o mundo do trabalho pós-pandemia? É o mundo do subemprego, uma tendência que já existia antes da pandemia, mas que deve se acelerar depois dela. É o mundo dos empregos ruins. Tem um autor de quem eu gosto, o [antropólogo norte-americano] David Graeber, que trata dos chamados “bullshit jobs”, os em-

pregos de merda — empregos temporários ou em condições muito ruins ou aquelas em que é preciso trabalhar muitas horas para ganhar algo razoável.

Qual o impacto do distanciamento social sobre a disponibilidade desses empregos? A estratégia colocou um regime de produção remota que demoraria anos para ser implementado? Muita gente que agora trabalha em casa não terá escritórios para os quais voltar, porque eles terão sido desmontados até o final da pandemia. Pessoas que têm pequenos negócios vão perceber como mais vantajoso manter o home office, e isso já significa um monte de gente desempregada.

Qual o problema de a renda emergencial focar os trabalhadores informais? É algo ruim. Primeiro porque o Brasil tem muitos trabalhadores formais que também precisam do auxílio, porque são quatro pessoas vivendo com um salário mínimo.

Além disso, se prolongarmos o auxílio, o que seria desejável, essa separação entre formais e informais provoca distorção enorme no mercado, porque incentiva a informalidade. Os empregadores vão preferir fazer contratos temporários para complementar o salário via renda básica, pagando menos.

Quais seriam alternativas a esse modelo? Um pessoal do Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] tem estudado um modelo que me parece melhor: a renda básica infantil. Uma renda universal para todas as crianças.

Isso é ótimo porque, no Brasil, já significa dar mais renda para os mais pobres, que aqui têm mais filhos. Para financiar a política, podemos aumentar o Imposto de Renda dos mais ricos, retirando também os descontos por dependente e até o desconto da escola. Mas, em contrapartida, toda criança recebe o benefício.

Quem não tem filho, como fica? Não vai ter o benefício. Mas quem não tem filho no Brasil, salvo raríssimas exceções, é quem está nas faixas bem mais altas de renda.

Não cria incentivos para que as pessoas tenham mais filhos? Não. Já ficou demonstrado, no caso do Bolsa Família e em outros estudos, que as pessoas, quando têm mais renda, são desincentivadas a terem filhos. A quantidade de filhos é uma escolha que depende da renda.

Por que universalizar o benefício é considerada uma maneira racional de distribuí-lo? Universalizar barateia muito porque você dispensa as condicionais e distribui para todo o mundo. Não precisa testar nada ou comprovar nada. Não precisa de um serviço do governo conferindo critérios, quem entra e quem não entra.

“Isso precisa ser ajustado. O IBGE tem estudos mais recentes, que serviriam para reestimar a distribuição da pobreza

Maurício Bugarin professor do Departamento de Economia da UnB

“Não temos como financiar proteção social baseada na contribuição do emprego porque não só não existe perspectiva de pleno emprego como aquele que existe e vai resistir é o subemprego

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha

paineis@grupofolha.com.br

Concentrado

O volume de transações como fusões, aquisições e joint ventures que chegam ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) vinha crescendo 23% no primeiro bimestre, mas perdeu tração depois que a pandemia começou. Em janeiro e fevereiro, foram 79 operações, ante 64 no mesmo intervalo do ano passado. A fredda no ritmo apareceu entre março e maio, quando o número de transações notificadas ao órgão ficou em 99, duas a menos que no mesmo período de 2019.

MARCA A desaceleração nos negócios é vista no Cade como um termômetro da economia. Mas quem acompanha os dados na autarquia afirma que o número de operações concluídas no órgão manteve o crescimento, com 170 operações nos cinco primeiros meses deste ano, ante 165 em igual período de 2019.

CAFÉINA O Cade ficou mais acelerado no home office. O tempo médio de análise teve queda em todos os meses desde o começo da quarentena. No ano, o valor total das operações notificadas ao órgão gira em torno de R\$ 65,4 bilhões. O principal setor com mais negócios analisados é o de energia elétrica.

CORDAPELE Os protestos contra o assassinato de George Floyd nos EUA desencadearam declarações de apoio das grandes instituições financeiras em Wall Street. As mensagens alcançaram clientes, funcionários e repórteres pelo mundo. Falou lembrar da discriminação racial refletida no crédito dos bancos americanos.

CONTÉUDO DO CARÁTER Jamie Dimon, presidente do JP Morgan, classificou a violência como trágica e desoladora. Larry Fink, presidente da gestora de fundos BlackRock, manifestou indignação com o crime e afirmou que os funcionários abriram uma discussão sobre o assunto.

NÃO CONSIGO RESPIRAR No site do Citigroup, o diretor financeiro, Mark Mason, publicou uma carta repetindo dez vezes na introdução a frase "I can't breathe", que foi o pedido de socorro de Floyd antes de morrer na ação policial.

DENÚNCIA Em dezembro, o New York Times revelou áudio gravado por um cliente negro, segregado em uma agência do JPMorgan Chase no Arizona, caso que levantou debate sobre discriminação na oferta de crédito nos EUA.

FILTRO Segundo estudo do NBER, um dos mais respeitáveis centros de pesquisa econômica americanos, ao menos 6% dos pedidos de hipoteca são negados a negros e latinos aptos ao crédito.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS

Maio, em % ao mês



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência maio*

Autônomo, empregador e facultativo	
Valor mín.	R\$ 1.645,26
Valor máx.	R\$ 6.101,06
Valor mín.	R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)	
Valor mín.	R\$ 1.045,5%
Valor máx.	R\$ 52,25

* O prazo para empresas vence em 19 jun; para pessoas físicas, vence em 22 jun.

ANEL A rede de joalherias Pandora anunciou nesta terça (2) que, a partir de 2025, todo ouro e toda prata usados em suas peças serão matérias primas recicladas. Hoje, 78% desses metais na produção da marca já têm origem em processos de reaproveitamento, segundo a empresa, que atua em mais de cem países no mundo.

PINGENTE A Pandora afirma que, em comparação com a mineração, a reciclagem dos materiais diminui o consumo de água e permite reduzir a emissão de carbono em mais de 65%, no caso da prata, e em 99%, no ouro.

COPO MEO VAZIO A confiança do empresário do comércio caiu 2,4% em maio na comparação com abril, o maior recuo mensal da série histórica elaborada pela CNC (Confederação Nacional do Comércio). A queda levou o índice a 94,5 pontos, o menor nível desde setembro de 2016, atingindo a zona considerada pessimista, segundo a pesquisa.

GOTA D'ÁGUA Aproximadamente 62% dos entrevistados afirmam ter perspectiva de cortar seus quadros de funcionários. É o nível mais alto desde junho de 2016. A intenção de contratar profissionais, por sua vez, ficou em 89,8 pontos, redução de quase 25% em relação ao mês de abril, e de 28% quando comparado a maio do ano passado.

HORIZONTE Segundo o levantamento da CNC, quase 40% dos empresários do setor esperam uma piora na economia nos próximos meses, a maior proporção de respostas negativas desde maio de 2016. A porcentagem também mais do que dobrou em relação à expectativa em abril.

PRATO A Apas (Associação Paulista de Supermercados) doou 17 toneladas de alimentos e itens de higiene nesta semana para ajudar no combate ao coronavírus. Os recursos irão para o Banco de Alimentos da Prefeitura de SP e para o programa Abraço o Marajó.

CARRINHO Segundo a entidade, o setor em SP já doou na pandemia cerca de R\$ 30 milhões, 2.180 cestas básicas e 2.000 toneladas de alimentos.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Debitar, em R\$
Até 1.903,99	isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP	
Alíquota Mínimo	em R\$
Empregado	De 7,5% 97,04
	14%
Empregador	20% 250,50
	1.220,21

* O prazo para o patrocínio doméstico vence em 5 jun. A guia de pagamento dos patros inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o PIS, a multa para a doméstica e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário.

Projeto que dá preferência a mãe solteira para auxílio maior vai ao Senado

Texto retoma possibilidade de concessão de duas cotas do auxílio emergencial de R\$ 600 a pais solteiros, vetada por Bolsonaro em abril

Danielle Brant e Thaiza Pauluze

BRASÍLIA E SÃO PAULO A Câmara dos Deputados aprovou um projeto que volta a incluir pais solteiros como beneficiários de duas cotas do auxílio emergencial de R\$ 600, mas que dá preferência a mulheres chefes de família no recebimento da ajuda.

O texto foi aprovado em votação simbólica. Agora, vai ao Senado. Se passar sem alterações, segue para sanção ou veto presidencial.

Quando a ajuda foi aprovada, em março, era destinada somente para mães solteiras. Em abril, foi ampliado para pais chefes de família. Esse dispositivo foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro.

O veto ocorreu após o registro de tentativas de fraudes envolvendo o benefício. Como mostrou a Folha, pais tentaram incluir o CPF dos filhos nos seus cadastros, mesmo sem ter a guarda ou ainda que não fossem os principais responsáveis pela criação.

Desta forma, as mães solteiras, que efetivamente tinham a guarda ou eram as principais responsáveis pela criação, tiveram o auxílio negado. Ao vetar, o presidente argumentou que a proposta, ao ampliar o valor do benefício para famílias monoparentais masculinas, ofende o interesse público por não se prever mecanismos de proteção às mães solo [...] em face de pleitos indevidos, e atualmente recorrentes.

Projeto desta terça estabelece que o provedor de família monoparental, independentemente do gênero, receberá duas cotas do auxílio.

Se pai e mãe não formarem família e se ambos indicarem o mesmo dependente no cadastro para o auxílio, será considerado o registro da mulher. No caso de cadastro posterior feito pela mulher, o homem que detém a guarda

Calendário do auxílio emergencial

Benefício de R\$ 600

- O dinheiro foi liberado na semana passada
- A programação vale para quem recebeu a primeira parcela até 30/4
- Saques e transferência seguem o calendário

Calendário da 2ª parcela do auxílio emergencial

Mês de nascimento	Movimentação liberada em
Janeiro	30.mai
Fevereiro	1º.jun
Março	2.jun
Abril	3.jun
Maio	4.jun
Junho	5.jun
Julho	6.jun
Agosto	8.jun
Setembro	9.jun
Outubro	10.jun
Novembro	12.jun
Dezembro	13.jun

Aplicativos

Para fazer o pedido Caixa Auxílio Emergencial

Para consultar o pagamento e fazer transferências Caixa Tem

Quem pode receber

- Trabalhadores informais
- Microempreendedores individuais
- Contribuintes individuais do INSS

Limite de renda familiar

Até R\$ 3.135 ou até R\$ 522,50 por pessoa

Fonte: Caixa



Ampliar o valor do benefício para as famílias monoparentais masculinas, ofende o interesse público por não se prever mecanismos de proteção às mães solo

Jair Bolsonaro no veto em abril

unilateral dos filhos ou que for responsável pela criação dos menores poderá contestar a decisão.

Se houver dúvidas sobre se o pai está prestando informações verdadeiras, ele será advertido, mas terá direito a receber R\$ 600 até que a divergência de informações seja sanada.

O texto diz ainda que a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (800) terá opção de atendimento específico para denúncias de violência e dano patrimonial para tratar de casos em que a mulher tiver o auxílio subtraído, retido ou recebido indevidamente por outra pessoa. O benefício concedido indevidamente ou em duplicidade em razão de informações falsas, em prejuízo do real provedor, será devolvido ao governo pelo fraudador.

Segundo o IBGE, 80% das crianças brasileiras têm uma mulher como primeiro responsável e 5,5 milhões de crianças não têm o nome do pai no registro de nascimento. Mais de 36% das famílias onde a mulher é quem provê a renda vivem em situação de pobreza. Quando a responsável é uma mulher preta ou parda a incidência de pobreza é ainda maior (64,4%).

Caixa promete cadeiras e controle de distância em filas

SÃO PAULO A Caixa assinou na última quinta (29) um protocolo de intenções no qual se compromete a organizar as filas para o pagamento do auxílio emergencial nas agências e prevê até a concessão de cadeiras a solicitação do fechamento de ruas para garantir a segurança dos cidadãos.

Desde o início do calendário de pagamento, longas filas se formaram em frente às agências do banco, único operador financeiro do auxílio. Além do saque, muita gente buscava ajuda para usar os aplicativos Caixa Tem e Caixa Auxílio Emergencial.

No acordo firmado com MPT (Ministério Público do Trabalho), MPF (Ministério Público Federal) e Contra-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), o banco promete demarcar lugares dentro e fora das agências para manter o distanciamento social, adotar proteção contra luz do sol e chuva e acionar autoridades de trânsito locais para desviar o tráfego quando necessário. Assinatura do protocolo de intenções foi articulada pelo grupo de trabalho Covid-19, do MPT. Fernanda Brigatti

Luciano Hang, dono da Havan, teve auxílio emergencial aprovado pela Caixa

Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO Luciano Hang, dono da rede de lojas de departamento Havan, foi cadastrado e aprovado no programa de auxílio emergencial concedido pelo governo federal em razão da pandemia do novo coronavírus.

O caso veio à tona nesta terça-feira (2) depois de o empresário ter seus dados vazados por supostos hackers.

Hang nega ter solicitado o auxílio, que prevê pagamento de R\$ 600 por três meses para os beneficiários. O empresário, notório apoiador do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), afirma ter pedido à Polícia Federal uma investigação sobre a fraude e o vazamento de seus dados pessoais.

O caso foi revelado pelo site O Antagonista.

"Como todo brasileiro de bem me sinto lesado com esses atos criminosos, que têm por objetivo apenas prejudicar as vítimas e suas famílias.

Os autores devem ser exemplarmente condenados e punidos", diz Hang em nota.

O dono da Havan afirma que recebeu nesta terça "informações de que hackers estão solicitando pedido de auxílio emergencial" usando seu CPF e diz que já reportou o crime de fraude à PF.

No site da Caixa, o status do suposto pedido de Hang aparecia, no começo da noite desta terça, como "em avaliação" —mas havia também informação de que o auxílio havia sido "aprovado e enviado para crédito".

A Controladoria-Geral da União informou no último dia 26 de maio que divulgaria em até 15 dias a lista com os cerca de 53 milhões de cadastrados que receberão o auxílio emergencial por causa da pandemia de coronavírus.

Hang aparece como o sétimo homem mais rico do país na última lista de bilionários elaborada pela revista Forbes. O empresário teria um patrimônio de US\$ 3,6 bilhões



Como todo brasileiro de bem me sinto lesado com esses atos criminosos, que têm por objetivo apenas prejudicar as vítimas e suas famílias

Luciano Hang em nota

(equivalente a R\$ 18,72 bilhões no câmbio atual), de acordo com a publicação.

A Folha questionou a Caixa Econômica Federal e a Dataprev (órgão responsável pelo cruzamento de dados que deveria evitar fraudes) sobre o caso do empresário, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição.

Pelas regras atuais estabelecidas, podem solicitar o auxílio emergencial à Caixa os desempregados maiores de 18 anos que não recebam outros benefícios previdenciários ou assistenciais, seguro-desemprego ou de outro programa de transferência de renda federal que não seja o Bolsa Família.

A renda familiar mensal do solicitante precisa ser de até R\$ 522,50 por pessoa ou de até três salários mínimos (R\$ 3.135,00) ao todo.

Além disso, existe a exigência de que o solicitante não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2018.

mercado coronavírus

O ano começa agora

Até o fim de 2020, você deixará de ser servo do Estado e trabalhará para si

Helio Beltrão

Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil.

Durante os primeiros cinco meses do ano você trabalhou exclusivamente para pagar impostos esustentar o Estado. De agora até o fim do ano, deixará de ser servo e trabalhará para si. Por isso comemoramos agora o Dia da Liberdade de Impostos, há 12 anos organizado em São Paulo pelo Instituto Mises Brasil e Movimento Endireita Brasil (mais recentemente, também pelo Instituto de Formação de Líderes).

Os organizadores conduzem campanha educativa, financiando os impostos devidos para

que um posto na capital vendida gasolina sem impostos ao público. Os impostos diretos correspondem a obscenos 62% do preço de bomba. Portanto, no dia da campanha, o preço é reduzido a R\$ 1,52 por litro (contra R\$ 4,00 normalmente).

Os remanescentes 38% do preço normal de bomba precisam remunerar o posto, o distribuidora, o refinador, a exploração do poço em águas profundas e toda a estrutura administrativa e de vendas associada de toda a cadeia, inclusive da Petrobras. Adicional-

mente precisam cobrir outros impostos indiretos e taxas não incluídos nos 62%, tais como IPTU dos imóveis, IPVA dos veículos utilizados na distribuição e outros.

Muitos acreditam que não pagam impostos porque não enviam um cheque para o Fisco. Ignoram os impostos embutidos em cada compra, do pãozinho à manicure de bairro, ao chope. Por sinal, você poderia comprar três chopos para um desembolso, não fossem os impostos.

Outros não se dão conta que

seu salário é desavergonhadamente encolhido por deduções de impostos e contribuições retidas pelo empregador por conta e ordem do governo.

Impostos sempre existiram, mas até a era moderna o sentimento dos súditos era de rechaço veemente ao esbulho de sua propriedade. Os tributos eram temidos e sempre resistidos na medida do possível.

Há 4.400 anos, na cidade-estado de Lagash, na Mesopotâmia, Urukagina liderou um movimento contra o excesso de impostos. O primeiro re-

gistro da palavra "liberdade" ("amagi") ocorreu por conta de Urukagina e sua oposição aos tributos.

Já no século 16, em resposta aos monarcas absolutistas, a doutrina do tiranicídio ganhou espaço. Na obra "De Rege et Regis Institutione" (1599), o jesuíta e escolástico tardio espanhol Juan de Mariana defendeu o direito de se assassinar tiranos que aumentassem impostos sem o consentimento do povo. Mariana antecipou John Locke em sua ideia de consentimento dos governados.

Os Estados Unidos surgiram em uma revolução por conta de selos de cartórios, e Tiradentes foi espartilhado pelo governo por conta das objeções ao quinto dos infernos.

A despeito dos esperos truques para camuflar os impostos, é curiosa a mudança de mentalidade que ocorreu no século passado. Não se discu-

te mais a moralidade do ato, e a taxação legitimada por decisão de 600 indivíduos em Brasília é bovinamente racionalizada pelos súditos.

Em essência, a taxação é moralmente equivalente ao roubo, pois envolve subtração da propriedade de terceiro sem seu consentimento. É ato imoral caso conduzido pelo cidadão, mas legitimado ao Estado.

Os governantes do século 18 ao menos eram mais sinceros quanto à natureza dos impostos. O ministro das finanças de Luís 16, Jean-Baptiste Colbert, disse que "a arte da tributação consiste em depenar o ganso de modo a obter o máximo de penas com o mínimo de grunhidos". Povo que não grunha merece ter o figado servido em bandeja de prata aos seus senhores.

PS. Este ano deixamos de realizar o evento físico em respeito à saúde das pessoas.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QU. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Strour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Bolsa volta ao nível pré-pandemia; dólar despenca mais de 3%

Real registra seu melhor dia desde junho de 2018 com otimismo pela retomada da atividade econômica

Júlia Moura

SÃO PAULO A Bolsa brasileira voltou aos 91 mil pontos nesta terça-feira (2) devido ao otimismo de investidores com a reabertura das economias globais após paralisações nas atividades de modo a conter o avanço da Covid-19.

O Ibovespa, principal índice acionário do país, fechou em alta de 2,77%, a 91.246 pontos, maior patamar desde 10 de março, um dia antes de a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarar que havia uma pandemia do coronavírus.

O apetite por risco também se refletiu no dólar, que despencou 3,22%, a R\$ 5,21, seu menor valor desde 14 de abril — antes de Luiz Henrique Mandetta (ex-ministro da Saúde) e Sergio Moro (ex-ministro da Justiça) deixarem o governo de Jair Bolsonaro. O dólar turismo está a R\$ 5,51.

Essa é a mais forte desvalo-

rização percentual diária desde 8 de junho de 2018, quando o dólar desabou 5,5%, após o Banco Central informar que intensificaria sua atuação para conter a alta da moeda.

"A queda da Bolsa em março criou várias oportunidades de compra, com empresas mais baratas que seu patrimônio. Agora, com a flexibilização da quarentena, vemos a volta de algumas atividades do comércio, materializando a retomada. Mas é uma expectativa de melhora da economia e não, necessariamente, algo que já tenha ocorrido", diz Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos.

Apesar da onda de protestos nos Estados Unidos e no Brasil, investidores repercutem a reabertura de Europa e EUA, ao passo que o número de novos casos da doença desacelera nessas regiões.

Também contribui para o viés positivo o novo pacote

de estímulo que está sendo desenhado pelo governo alemão, de cerca de 120 bilhões de euros, e a compra, segundo a Bloomberg, de soja americana por chineses.

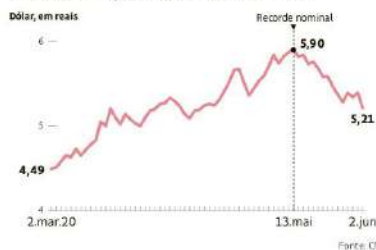
Na segunda (1º), agência de notícias Reuters afirmou que a China havia pedido a suas empresas estatais que suspendessem compras de soja e carne suína dos EUA, após o governo americano ter afirmado que iria eliminar o tratamento especial dos EUA a Hong Kong como forma de punição a Pequim, quem planeja impor uma nova legislação de segurança no território.

Na Europa, a Bolsa de Londres subiu 0,8%, Paris, 2% e Frankfurt, 3,75% nesta sessão. Nos EUA, Dow Jones subiu 1%, S&P 500, 0,7% e Nasdaq, 0,6%. O petróleo também registrou alta, com expectativas de que grandes produtores concordem nesta semana em estender cortes na oferta.

Bolsa volta ao patamar pré-pandemia



Desde que alcançou R\$ 5,90, dólar recua 11,7%



O barril de Brent (referência internacional) fechou em alta de 3,3%, a US\$ 39,57, enquanto o WTI (referência nos EUA) avançou 3,9%, para US\$ 36,81. Ambos os valores de referência se aproximaram de máximas de três semanas.

A Opep+ (Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados, entre eles a

Rússia) considera prorrogar os atuais cortes de produção de 0,7 milhões de barris por dia (bpd), para julho e agosto. Pelo plano em vigor atualmente, esse nível de cortes perduraria por maio e junho, passando para uma redução de 7,7 milhões de bpd entre julho e dezembro.

Com Reuters

Lucro da Zoom cresce 1.123% na crise da Covid-19

SÃO PAULO O lucro da empresa de videoconferências Zoom cresceu 1.123% no trimestre encerrado em 30 de abril, na comparação com o mesmo período de 2019.

De acordo com os dados divulgados pela empresa, que tem suas ações listadas na Bolsa Nasdaq, o lucro subiu de US\$ 2,2 milhões no período. As receitas cresceram 169%, para US\$ 328,2 milhões. A estimativa dos analistas era uma receita de US\$ 202,7 milhões.

"Ficamos impressionados com a adoção acelerada da plataforma Zoom em todo o mundo no primeiro trimestre. A crise do Covid-19 gerou uma demanda maior por interações e colaboração face a face usando o Zoom", disse nesta terça-feira (2) Eric S. Yuan, fundador e CEO da Zoom.

"Tenho orgulho de nossos funcionários da Zoom que se dedicaram a apoiar os clientes e a comunidade global durante esta crise. Com seus enormes esforços, fomos capazes de fornecer serviços de vídeo de alta qualidade a clientes novos e existentes".

No fim do trimestre, a Zoom tinha aproximadamente 265,400 clientes com mais de dez funcionários, um aumento de 35,4% em relação ao trimestre do ano passado. Para o trimestre seguinte, a empresa espera receita total de US\$ 495 milhões a US\$ 500 milhões. Para o ano fiscal, a expectativa é uma receita de US\$ 1,775 bilhão a US\$ 1,8 bilhão. A projeção anterior era de um teto de US\$ 915 milhões.

"Essa perspectiva de receita leva em consideração a demanda por soluções de trabalho remoto para as empresas. Ele também assumiu o aumento da taxa de rotatividade de clientes na segunda metade do ano fiscal", diz a empresa em comunicado.

Segundo a Reuters, as ações da empresa da Califórnia subiram quase 5% no after market, pois a receita e o lucro no trimestre superaram as estimativas do mercado por uma ampla margem. Neste ano, as ações da Zoom mais que triplicaram de valor. Em abril a receita da Zoom tenha subido, seus custos aumentaram 33%, para US\$ 103,7 milhões, o que reduziu a margem bruta para 68,4%, ante 80,2% um ano antes.

Em termos ajustados, a empresa ganhou US\$ 0,20 por ação no trimestre, superando a estimativa de analistas de US\$ 0,09.

Zuckerberg diz que não interferirá em posts de Trump

SAN FRANCISCO Mark Zuckerberg, executivo-chefe do Facebook, defendeu firmemente sua decisão de não fazer nada sobre as postagens inflamadas do presidente Donald Trump na rede social, dizendo que tomou uma "decisão difícil", mas que "foi bastante final".

Em uma sessão de perguntas e respostas com funcionários por meio de software de bate-papo por vídeo, Zuckerberg procurou justificar sua posição sobre as mensagens de Trump, o que causou forte dissidência interna. A reunião, que estava marcada para quinta (4), foi antecipada para terça (2) depois que centenas de funcionários protestaram contra a inação, realizando uma espécie de "paralisação" virtual na segunda (1º).

Os princípios e políticas do Facebook em torno da liberdade de expressão "mostram que a ação é certa no ponto em que estamos e deixá-lo como está", disse Zuckerberg, cujo áudio foi ouvido por The New York Times.

Ele acrescentou que sabia

que muitas pessoas ficariam contrariadas com a empresa, mas uma análise de suas políticas corroborou sua decisão.

"Sabia que teria que separar minha opinião pessoal. Sabendo que quando tomássemos essa decisão muitas pessoas ficariam chateadas dentro da empresa, e as críticas da mídia que receberíamos".

Ele se manteve firme enquanto aumentava a pressão para que tomasse medidas sobre as mensagens de Trump.

Grupos de direitos civis disseram na noite de segunda (1º), após se encontrar com ele e Sheryl Sandberg, diretora de operações do Facebook, que era "totalmente perturbador" que a empresa não adotasse uma posição mais rígida sobre as publicações beligerantes de Trump, que contribuíram para a retórica em torno dos protestos contra a violência policial nos últimos dias. E vários funcionários do Facebook se demitiram publicamente, um deles dizendo que a empresa acabaria "no lado errado da história".

A dissidência interna no Fa-

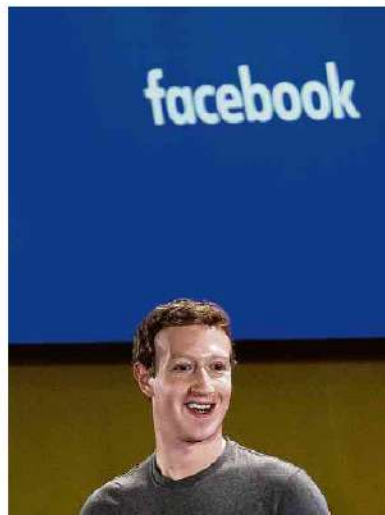
cebook começou a surgir na semana passada, depois que a rede social rival, Twitter, adicionou rótulos aos tweets de Trump indicando que o presidente estava enaltecendo a violência e fazendo declarações inexas.

As mesmas mensagens de Trump também apareceram no Facebook. Mas o Facebook não modificou as postagens, incluindo uma em que Trump disse sobre os protestos: "Quando os saques começam, os tiros começam".

Isso provocou críticas internas, com funcionários argumentando que era insustentável deixar as mensagens que incitavam à violência. Eles disseram que Zuckerberg estava se curvando aos republicanos por medo de sofrer regulamentação ou desmembramento da empresa.

Zuckerberg e Sandberg passaram os últimos dias reunindo-se com funcionários, líderes de direitos civis e outras partes indignadas para explicar a posição da companhia.

Tradução Luiz Roberto Mendes Gonçalves



O executivo-chefe do Facebook, Mark Zuckerberg
Money Star - 28.04.2015/AFP

Teto de juros definirá interesse de bancos em novo programa de crédito

O aumento da garantia foi uma concessão feita aos bancos

Por Talita Moreira e Flávia Furlan — De São Paulo

03/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo formalizou a criação de um programa para viabilizar até R\$ 100 bilhões em crédito a companhias pequenas e médias, que usará como garantia recursos do Tesouro Nacional. A medida é uma das principais apostas dos bancos para mitigar os riscos das operações com pessoas jurídicas durante a crise do coronavírus, mas sua eficácia vai depender da taxa de juros que eles poderão cobrar dos clientes.

O Ministério da Economia já informou que haverá um limite para as taxas da modalidade. Esse percentual ainda não foi informado aos bancos participantes do programa, que agora será regulamentado. O governo terá de encontrar um equilíbrio entre condições que sejam atrativas para as companhias que precisam de recursos e que, ao mesmo tempo, estimulem a atuação das instituições financeiras.

Além desse ponto, questões operacionais começariam a ser discutidas em reunião entre os bancos e o BNDES ainda ontem. Segundo uma das fontes, o banco de fomento vem sinalizando que ainda será necessário um mês para colocar a operação na rua. O prazo estimado é de 1º de julho, conforme outro interlocutor. No entanto, as instituições financeiras consideram esse prazo longo demais, e defendem que os recursos possam ser acessados em duas semanas.



O Programa Emergencial de Acesso a Crédito, como foi batizado, é voltado a companhias com faturamento de R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões por ano. Os bancos poderão financiar essas empresas e contar com a cobertura do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), que é administrado pelo BNDES e receberá aportes do Tesouro Nacional, para amortecer a inadimplência.

O **Valor** antecipou no dia 13 de abril as discussões entre governo e bancos para ampliar a abrangência das garantias do fundo para a criação dessa linha.

Conforme a medida provisória 975, publicada ontem, o FGI receberá aportes de até R\$ 20 bilhões do Tesouro Nacional neste ano, em tranches de R\$ 5 bilhões. O Ministério da Economia informou esperar que, para cada R\$ 1 destinado ao FGI, sejam destravados até R\$ 5 em crédito. Portanto, se for feita a injeção máxima de recursos nessa estrutura, poderão ser gerados R\$ 100 bilhões em operações.

O fundo poderá cobrir 80% da inadimplência de uma determinada operação de crédito, limitado a 30% da carteira de cada banco nesse programa. No desenho vigente hoje, a cobertura do FGI também é de 80% dos calotes para uma inadimplência de 7% - um limite que é considerado baixo pelas instituições financeiras.

O FGI foi criado há dez anos para complementar garantias oferecidas por empresas e caminhoneiros autônomos para tomar crédito, mas nunca deslanchou. Tinha, no fim do ano passado, patrimônio de R\$ 1,2 bilhão. Ao assumir mais riscos, o objetivo do governo é estimular os bancos a conceder mais crédito a empresas nesse período.

“O governo assumir uma parte maior do risco ajuda muito. Esse segmento [companhias de médio porte] estava pouco assistido [em medidas de combate à

crise]”, afirma um executivo da área de atendimento a empresas de um grande banco.

A mesma medida provisória editada ontem também fez ajustes numa outra iniciativa de combate à crise, o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Este conta com recursos do Fundo Garantidor de Operações (FGO), administrado pelo Banco do Brasil.

A nova redação diz que as instituições financeiras participantes vão atuar com recursos próprios e poderão contar com cobertura pelo FGO de até 100% do valor de cada operação. Antes, esse limite era de 85%.

O aumento da garantia foi uma concessão feita aos bancos, que no entanto ainda veem dificuldades no programa. Entre elas, está a exigência de que a empresa não possa tomar o equivalente a mais de 30% de seu faturamento de 2019. De acordo com esse interlocutor, a informação é sensível e difícil de ser obtida pelo banco.

(Colaborou Juliano Basile, de Brasília)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Secador Gama com 6 combinações de temperatura e 2 velocidades

GA.MA ITALY

LINK PATROCINADO

Aos 70 anos, esse é o carro que Faustão dirige

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Menina de 5 anos some toda noite — seu pai a segue e descobre algo muito triste!

MOMLIFEMATTERS

Braskem tem perda de R\$ 3,6 bilhões

Crise da covid-19 levou a petroquímica a cortar investimentos para 2020 e a buscar redução de 10% nos seus custos fixos

Por **Stella Fontes** — De São Paulo

03/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Maior produtora de resinas das Américas, a Braskem encerrou o primeiro trimestre com prejuízo de R\$ 3,65 bilhões, ante lucro líquido de R\$ 928 milhões no mesmo intervalo do ano passado, pressionada pelo impacto negativo da variação cambial na dívida em moeda estrangeira e pelo ciclo de baixa da petroquímica mundial.

Na comparação com o quarto trimestre, porém, o resultado operacional já mostrou recuperação, com melhora das vendas em todos os mercados. Embora já tivesse adotado uma série de medidas para fortalecer o balanço frente ao ciclo de baixa, a Braskem implementou medidas adicionais com o avanço da pandemia de covid-19 para preservar liquidez.

Do lado dos investimentos, está revisando praticamente todos os projetos e desembolsos, com exceção da nova fábrica de polipropileno (PP) nos Estados Unidos, e cortou de US\$ 721 milhões para cerca de US\$ 600 milhões o valor total a ser investido neste ano. A unidade fabril de US\$ 675 milhões, construída na cidade de La Porte, no Texas, terá capacidade de produção de 450 mil toneladas por ano e deve entrar em operação entre o fim de junho e o início de julho.

Diante das incertezas em relação à economia mundial pós-pandemia, ela estabeleceu ainda como meta a redução dos custos fixos em torno de 10% neste ano, desembolsou uma linha de crédito rotativo de US\$ 1 bilhão e postergou o recolhimento de contribuições sociais no Brasil. “A Braskem segue focada na

disciplina na alocação de capital como forma de manter a sua posição robusta de caixa para que possamos enfrentar esse momento de crise global”, disse em nota o presidente Roberto Simões.

A última linha do balanço da Braskem, que adota a contabilidade de hedge para reduzir o efeito contábil da variação cambial, embute o impacto negativo de R\$ 5,2 bilhões da desvalorização de 29% do real frente ao dólar em US\$ 2,4 bilhões em dívidas e do peso mexicano frente ao dólar sobre o saldo devedor de um mútuo da Braskem Idesa, de US\$ 2,26 bilhões. Diante disso, a Braskem encerrou o trimestre com despesa financeira líquida de R\$ 6,3 bilhões.

Por outro lado, a receita líquida da petroquímica recuou 3% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, para R\$ 12,6 bilhões, e ficou estável ante o quarto trimestre. A queda dos spreads (diferença de preços em relação à matéria-prima) na comparação anual resultou em uma baixa de 22% do resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) recorrente, para R\$ 1,3 bilhão.

Frente ao quarto trimestre, porém, houve alta de 32% no Ebitda. No Brasil, o resultado operacional somou R\$ 1,05 bilhão, com crescimento de 214% em relação ao trimestre anterior. A melhora de desempenho deveu-se à alta de 4% nas vendas em volume de resinas no mercado brasileiro - o mercado em si cresceu 7% nessa mesma base de comparação - e às vendas superiores de polipropileno (PP) nos Estados Unidos e na Europa e de polietileno (PE) no México.

A forte queda dos preços do petróleo já se reflete nos spreads petroquímicos internacionais e no Brasil, que vinham pressionados pelo aumento da oferta global. No México, o projeto implementado pela Braskem Idesa para importação de etano dos Estados Unidos, compensando as dificuldades que a Pemex tem enfrentado para cumprir a entrega da matéria-prima, elevou a 86% a taxa de operação na central.

Em março, a dívida líquida da Braskem estava em US\$ 5,9 bilhões, ante US\$ 5,4 bilhões três meses antes. A alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda em dólares, passou de 4,7 vezes em dezembro para 5,8 vezes em março. A Braskem consumiu R\$ 524 milhões em caixa, ante geração livre de caixa de R\$ 130 milhões nos três primeiros meses do ano passado.

Crise afetará por até 5 anos os emergentes, diz Banco Mundial

Estudo da entidade descarta uma recuperação rápida dos países emergentes e diz que a sua produção potencial deverá cair

Por **Josh Zumbrun** — Dow Jones Newswires

03/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

As economias de baixa renda e dos mercados emergentes deverão continuar profundamente debilitadas até cinco anos após o início da pandemia de covid-19 e das medidas de confinamento associados à doença, aponta um novo estudo do Banco Mundial.

O vírus já mergulhou o mundo em uma grave recessão, disse o Banco Mundial, e seu estudo põe em dúvida os cenários nos quais os mercados emergentes se recuperariam rapidamente após o abrandamento da crise na saúde.

“A gravidade excepcional da pandemia e do colapso econômico” não apenas eleva o risco de “uma perda permanente dos níveis de produção como de uma desaceleração permanente do crescimento potencial da produção”, afirma o estudo divulgado ontem.

“A pandemia poderá alterar as próprias estruturas sobre as quais o crescimento das recentes décadas foi construído, uma vez que pode causar danos prolongados às cadeias de suprimentos globais, ao comércio e aos fluxos financeiros globais e à cooperação global”, avalia o Banco Mundial.

O órgão multilateral, controlado coletivamente por 189 países e sediado em Washington, empresta aos países mais pobres do mundo para ajudar suas

economias a se desenvolver. Desde março, boa parte dos empréstimos concedidos pelo banco se concentrou em oferecer um total de US\$ 160 bilhões em ajuda devido à incidência do coronavírus em todo o mundo. Mas, mesmo com esse apoio, os pesquisadores do Banco Mundial advertem que a pandemia poderá deixar cicatrizes duradouras.

“A moral da história”, disse a vice-presidente do Banco Mundial, Ceyla Pazarbasioglu, “é que a maioria dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento começou a crise em posição de fraqueza, com muitas vulnerabilidades, e este é o maior choque desde a Segunda Guerra Mundial”.

Comparativamente à crise financeira mundial de dez anos atrás, os emergentes ingressaram na pandemia do coronavírus com mais dívidas, população em processo acelerado de envelhecimento, enfraquecimento da demanda por commodities e tensões comerciais que fragilizaram o fluxo internacional de bens e serviços mesmo antes do início da pandemia.

Na média dos mercados emergentes, se uma recessão levar a uma crise financeira, o crescimento da economia será 8% menor em cinco anos. Para países exportadores de produtos de energia, o preço pode ser mais elevado - uma recessão e a queda vertical do preço do petróleo poderão deixar o potencial da economia 11% menor após cinco anos.

Poucas economias de mercados emergentes têm a capacidade de tomar empréstimos intensivamente para financiar os tipos de programas de incentivos que estão sendo implementados pelas economias ricas, como EUA, União Europeia e Japão.

E, apesar das políticas fiscal e monetária dos países mais ricos, não se sabe qual será o grau de sucesso das economias ricas em ressuscitar sua atividade econômica depois da pandemia.

“Qual é a segunda fase desta crise, quanto estímulo é necessário e será que há uma estratégia para lidar com empresas que não conseguirão superar a crise?”, perguntou Pazarbasioglu. “Nos países de mercados emergentes esse é um problema ainda maior.”

Nova linha tem potencial de liberar até R\$ 100 bi a pequena e média empresa

Programa vai contar com garantia do FGI, que receberá aportes de até R\$ 20 bi do Tesouro

Por Fabio Graner e Juliano Basile — De Brasília

03/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



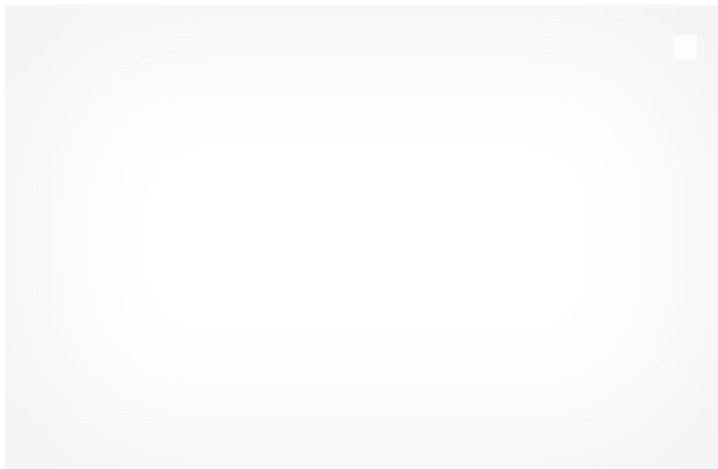
Secretário Carlos da Costa: aportes do Tesouro ao FGI terão caráter temporário e serão devolvidos após o programa — Foto: Washington Costa/ME

Depois de semanas de discussão e embates, o governo finalmente publicou a Medida Provisória (MP) 975, que permite a injeção de R\$ 20 bilhões no Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) e cria o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito com potencial de destravar até R\$ 100 bilhões em recursos. O objetivo é “facilitar, durante o período de calamidade, o acesso de pequenas e médias empresas (PMEs) a novos empréstimos”. Para funcionar, a iniciativa ainda depende de regulamentação, que deve trazer algum limitador para a taxa de juros nos financiamentos que usarem o FGI.

As garantias serão direcionadas para o financiamento de empresas com receita anual entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões. A estimativa do Ministério da Economia é que o programa poderá proteger 3,3 milhões de trabalhadores.

Estimativa do Ministério da Economia é que o programa poderá proteger 3,3 mi de trabalhadores

PUBLICIDADE



Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit who.int

O diagnóstico da área econômica é que as instituições financeiras, diante do dramático aumento na incerteza e da dificuldade em mensurar o risco das operações, estavam com o pé no freio no crédito para esse grupo de empresas.

O FGI, que já existia mas era pequeno e só protegia investimentos, será turbinado com os aportes do Tesouro em até quatro parcelas. E poderá alcançar também o crédito para capital de giro, mais demandado neste momento e que o governo acredita que será mais necessário na retomada da economia no segundo semestre.

“A prestação de garantia será de até 80% do valor de cada operação da empresa com o agente financeiro”, informou o Ministério da Economia. O uso dessa garantia, contudo, é limitado a 20% da carteira total de crédito que tem essa proteção, de forma que os bancos terão que cuidar para que a inadimplência do conjunto de tomadores não seja superior a isso, nível mais de três vezes superior ao normal.

“Os agentes terão que zelar por uma inadimplência controlada de sua carteira, incluindo todo o processo de recuperação de crédito, o que garante a alavancagem dos recursos aportados no fundo - para cada R\$ 1 destinado ao fundo, estima-se que sejam destravados até R\$ 5 em financiamentos às PMEs”, diz a pasta.

Ao **Valor**, o secretário especial de competitividade e produtividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, destacou que os aportes do Tesouro ao FGI terão caráter temporário e serão devolvidos após o programa. Ele salientou, porém, que a nova versão do fundo provavelmente terá aspectos permanentes, como a permissão para uso em linhas de capital de giro. “Essa era uma mudança que já estávamos estudando, provavelmente é permanente. O que não gostaria que fosse permanente é o aporte do Tesouro”, disse Costa.

Segundo ele, o programa é emergencial, mas também faz parte de um processo de reformulação do sistema de garantias, que busca melhorar estruturalmente o crédito no país. Nesse sentido, Costa aponta que o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou o sistema de garantias solidárias, permitindo que os bancos possam usar garantias de outros agentes. “A forma como lidamos com garantia irá evoluir com o novo sistema nacional de garantias”, disse.

O secretário admitiu que a regulamentação da Medida Provisória, que está sendo trabalhada para ser concluída até o fim do mês, deve prever que as operações atreladas ao FGI tenham algum limitador de juros, evitando custos exagerados.

“Nós estamos terminando a definição de qual o mecanismo para limitar a taxa de juros, não queremos que as taxas sejam exorbitantes e isso inviabilize o crédito”, disse Costa. “Não é procedimento inusual no mundo. É normal. Mas temos que ter cuidado para que isso não seja limitador do crédito nem para um lado e nem para outro. Se for muito baixa, os bancos não terão apetite de conceder o crédito. Se for alta, o tomador não vai ter condição”, completou.

O diretor de crédito e garantia do BNDES, Petrônio Cançado, explicou que o parâmetro é a média de taxas que se praticavam antes da crise. E o ajuste será feito conforme o tempo. “A gente vai olhar como as operações estão acontecendo e a ideia é que elas saiam em condições de taxas melhores que antes da crise”, disse.

Cançado informou que o acesso ao FGI pelas empresas não ensejará obrigação de manutenção de empregos pelos tomadores de crédito, dispositivo que consta de outros projetos do governo.

Segundo o diretor do banco estatal, responsável pela gestão do FGI, o objetivo das mudanças e do aporte adicional no fundo é ajudar que o crédito chegue na ponta em um momento no qual os bancos têm grande dificuldade de precificar risco, dada a natureza inédita dessa crise, originada por uma questão de saúde pública.

“O principal objetivo é que os bancos tenham condição de emprestar para pequenas e médias empresas. Isso não quer dizer que é doação, que o dinheiro esteja sendo dado. Se a companhia tomou dívida e ficar inadimplente, o banco cobrará a empresa.”

Na mesma MP, o governo também fez ajustes em alguns pontos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), voltado a micro e pequenas. A nova redação diz que as instituições financeiras participantes operarão com recursos próprios e poderão contar com garantia a ser prestada pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO) de até 100% do valor de cada operação. Antes esse limite era de 85%.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Marido apresenta sua esposa ao gorila que ele criou, mas depois, o gorila fez isso.

Marilan distribuiu 66 toneladas de alimentos para governos estaduais

São Paulo, Pernambuco, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro receberam os produtos

Por Marina Falcão — Do Recife

03/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A fabricante de biscoitos Marilan, de Marília (SP), distribuiu de 66 toneladas de produtos para ajudar a assistência social do poder público em sete Estados, durante a pandemia de covid-19. A maior parte das doações ficou concentrada em São Paulo, onde está localizada a matriz da empresa, e em Pernambuco, onde a companhia está erguendo sua segunda fábrica com investimento de R\$ 200 milhões.

“Depois de alguns meses de pandemia, algumas lições estão começando a surgir. Momentos como esse nos mostram o quanto estamos todos interconectados e que desafios globais precisam de colaboração global para serem superados”, afirma o presidente da Marilan, Sérgio Tavares. “Precisamos pensar cada vez mais no bem coletivo, em nossas ações enquanto indivíduos e como elas impactam a sociedade.”

Somente em São Paulo, a companhia doou 30 toneladas de alimentos ao governo estadual. Em Pernambuco, 17 toneladas dos produtos foram distribuídos à prefeitura de Igarassu, que os usou para compor o kit escolar entregue aos alunos da rede pública, beneficiando 14 mil famílias. A empresa também colaborou financeiramente para a construção de um hospital de campanha do governo de Pernambuco. As outras 19 toneladas foram divididas entre os Estados de Bahia, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Pertencente a família Garla, a Marilan teve receita líquida de R\$ 949 milhões no ano passado, alta de 5,5%. No mesmo período, registrou lucro líquido de R\$ 127,8 milhões, 111% a mais do que em 2018. A construção de unidade fabril em Igarassu é o principal investimento da empresa no momento. “Permitirá a Marilan estar mais próxima do mercado do Nordeste, o maior da categoria de biscoitos no Brasil”, diz Tavares.

Por operar em um setor essencial, a Marilan não teve suas atividades reduzidas durante a pandemia. A empresa criou um comitê de crise que, desde o início da quarentena se reúne diariamente para implementar diretrizes para manter a continuidade da produção, garantir o abastecimento dos mercados e proteger a saúde dos colaboradores.

Tavares crê que o ambiente de negócios no pós-pandemia será desafiador, mas que reserva oportunidade de aplicação de novas ferramentas, principalmente em setores essenciais. “Antes da pandemia, muitas lojas físicas, por exemplo, não sonhavam em ter seus produtos anunciados em plataformas on-line. Mas agora, com o cenário atual, elas precisaram se reinventar”, afirma o executivo.

“O mundo será transformado e teremos a chance de liderar essa transformação, não apenas esperar até que ela chegue até nós. Estou realmente otimista de que virão grandes benefícios”, afirma o presidente da Marilan.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Idoso revela como aprender o violão sozinho em casa!
GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Projeto desvincula fundos públicos e pode liberar R\$ 177 bi para o governo

Executivo não apoia formalmente a iniciativa, mas área econômica vê com bons olhos a possibilidade de reforçar o fechamento das contas

Por **Fabio Graner** — De Brasília

03/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) apresentou projeto de lei complementar para desvincular os recursos de 29 fundos públicos, hoje parados na conta única do Tesouro. Se avançar no Congresso, a medida pode liberar até R\$ 177 bilhões, que podem ajudar o governo a bancar o aumento de seu déficit primário decorrente das ações sanitárias, econômicas e sociais feitas no âmbito do combate à covid-19.

A iniciativa não cria dinheiro novo, mas é vista com simpatia por integrantes da área econômica porque desvincula recursos não usados no passado. Não há, contudo, apoio formal do governo. Esses recursos, decorrentes de impostos e taxas, só podem ser usados nas finalidades definidas para os fundos. Por isso, é preciso mudar a lei para o uso em outras finalidades.

O desenho proposto por Benevides se assemelha à “PEC dos fundos”, apresentada pelo governo no fim do ano passado no pacote do novo pacto federativo, mas tem um alcance menor. O projeto apenas libera o uso dos recursos desses 29 fundos e não de todos os mais de 200 que existem. Também não extingue nenhum deles, embora provavelmente elimine o saldo; e não impede criação de novos, ao contrário da PEC. Seria como um passo inicial para o dispositivo proposto pelo governo, na visão de interlocutor da área econômica.

“A princípio, acho muito bom. Qualquer coisa que conseguirmos em desvinculação de receita vai na direção correta. Eu gosto do projeto. Como é projeto de lei, ele não pode entrar nas vinculações constitucionais. Mas é bom e vai na direção correta. De repente com esse PL muita gente perde o medo da PEC dos fundos”, disse a fonte.

Outro interlocutor aponta que algumas mudanças podem ser necessárias, como a questão de direcionar os recursos da desvinculação para as ações fiscais relacionadas à covid-19. O melhor, diz, seria que o comando fosse mais genérico, permitindo diretamente pagar dívida pública. Na prática, a redação dada por Benevides acaba deixando a brecha para isso, facilitando a gestão do caixa federal em um ambiente de queda de receitas.

Benevides disse ao **Valor** estar articulando com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para que o projeto seja uma contribuição da Casa ao esforço do governo no combate à pandemia, sem descuidar da gestão das contas públicas. Procurado, Maia não se manifestou.

Com a desvinculação, o governo consegue pagar suas despesas com recursos que já estão na conta única, evitando um endividamento excessivo. “Além de asseguramos maior confiança dos investidores nacionais e internacionais, urge a necessidade de utilizarmos saldos existentes há anos, sem aplicação (...) com a finalidade de oferecer sustentabilidade fiscal no médio e longo prazos, mesmo financiando o combate à pandemia e realizando ações que ajudam a manutenção do emprego e da renda, dentre outras políticas públicas”, diz.

O deputado reconhece que pelo menos parte do dinheiro desvinculado deve retornar como dívida, por conta da expansão da base monetária que seu uso deve causar. Mas, como os juros estão caindo, ele aponta que a injeção desse dinheiro não precisará ser toda retirada pelo Banco Central nas operações compromissadas. Além disso, aponta, hoje elas têm custo bem menor para os cofres do que as emissões de títulos pré-fixados pelo Tesouro, em especial naquelas com prazos mais longos.

Retomada da economia chinesa pode pressionar as importações brasileiras

Segmentos como aço, brinquedos, têxteis e confecções estão entre os mais vulneráveis

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

03/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Rafael Cagnin: cenário pode resultar em pressão “não desprezível” de produtos asiáticos sobre as importações brasileiras — Foto: Silvia Costanti/Valor

A largada em primeiro lugar da China no processo de retomada pós-pandemia pode causar pressões nas importações brasileiras, principalmente em setores estruturalmente mais vulneráveis à concorrência, como de aço, brinquedos, têxteis e confecções, apontam analistas.

Economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rafael Cagnin diz que, por ter sido o primeiro país a enfrentar a covid-19, a China está entrando em uma etapa diferente do resto do mundo.

A retomada de atividade no país asiático, afirma ele, é baseada em pacotes governamentais que certamente estabelecerão estratégias de aumento de competitividade e de ganho de mercado externo. Isso pode afetar ramos produtivos mais vulneráveis à concorrência chinesa, avalia Cagnin.

O setor de aço brasileiro é um deles, já que a produção chinesa, sustentada por estatais, pode ser mantida a preços baixos. “Isso pode gerar situações de concorrência desleal.” Os segmentos têxtil e de confecções, assim como o de brinquedos, também são outros setores sensíveis à competição da produção chinesa em grande escala, diz José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Segundo dados oficiais, o Brasil importou da China, Hong Kong e Macau total US\$ 14,63 bilhões de janeiro a maio, o que representa 21,2% dos desembarques totais. Castro lembra que não há indícios de pressão maior de importação de produtos chineses ou de outros países asiáticos que começam a ter produção em escala maior e com custos baixos. “Mas é algo esperado, considerando o já conhecido modus operandi da China. Não há dúvidas de que a recuperação dos chineses se baseará na ocupação de espaços. Já tive notícias de casos pontuais em que fornecedores chineses ofereceram desconto de 75% a empresas brasileiras.”

É preciso lembrar, diz Cagnin, que o acirramento das tensões entre China e EUA tornará mais agressiva a busca dos chineses por fatias maiores de mercado não somente no Brasil como na América Latina. Some-se isso, avalia Castro, a tendência de políticas protecionistas de forma generalizada, com o enfraquecimento de órgãos multilaterais.

Para Cagnin, existe todo um cenário que pode resultar em pressão “não desprezível” de produtos asiáticos sobre as importações brasileiras. Ele não acredita, no entanto, que isso signifique uma “invasão” de importados, já que esse movimento tende a ser amortecido pelo câmbio desfavorável à importação e também pelo encolhimento da demanda doméstica.

O setor têxtil e de confecções tem monitorado as importações detidamente, diz Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit). Há acompanhamento, conta, de volumes e preços, para evitar que a retomada de produção chinesa e de outros países da Ásia resulte numa eventual entrada de produtos em condições de concorrência prejudiciais.

“Não podemos deixar que o Brasil seja o estuário dos produtos hoje excedentes”, afirma Pimentel. Por enquanto, explica, não há sinais desse fenômeno, mas o setor quer estar preparado para evitar isso. De janeiro a abril, diz ele, o volume de importações de vestuário e têxteis caiu 7% contra igual período de 2019.

Com a pandemia, a produção foi afetada e algumas indústrias voltam a operar lentamente, mas em regra ainda sem pedidos consistentes, já que o varejo ainda não foi reaberto, relata Pimentel.

Segundo ele, a ocupação de capacidade de produção com a crise caiu para 25% a 30%. O que se estima hoje, diz, é que a produção do setor caia cerca de 15% no ano em relação a 2019. As exportações também sofreram com a queda de demanda internacional. De janeiro a abril, o volume de embarques de têxteis e confecções caiu 6,8% contra iguais meses de 2019. O setor, conta, já pediu ao governo federal a recomposição do Reintegra, benefício que devolve ao exportador tributos pagos na cadeia produtiva. Hoje, o benefício é de 0,1% da receita com exportação. “Queremos que volte para 5%.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

Brasil diz que vai participar do G-7 ampliado de Trump

Depois de ter sido ignorado pelo presidente americano, país vai ser convidado para reunião nos EUA, afirma Bolsonaro

Por Assis Moreira — De Genebra

03/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Após Brasil ser ignorado pelos EUA, presidente brasileiro conversou com Trump pelo telefone e diz que país vai participar de encontro do G-7 ampliado — Foto: Alan Santos/PR

Depois de ter sido ignorado por Donald Trump, o governo de Jair Bolsonaro sinaliza que o Brasil vai ser convidado para a reunião de cúpula do G-7 expandido que os Estados Unidos vão organizar em setembro.

No sábado, Trump anunciou a reunião das sete maiores economias industrializadas (EUA, Alemanha, França, Japão, Canadá, Reino Unido e Itália), além de convite para Rússia, Coreia do Sul, Índia e Austrália participarem no que chamou de algo como “G-10 ou G-11”. Na ocasião, Trump disse: “Estou adiando porque não acho que, como G-7, represente adequadamente o que está acontecendo no mundo”.

Esquecido por Trump, o governo Bolsonaro se mobilizou. Na segunda-feira à noite Bolsonaro fez um tuíte dizendo que tinha conversado à tarde por telefone com Trump e falado do G-7.

“Conversei, na tarde de hoje [segunda-feira], com o presidente @realDonaldTrump, a quem agradeço o envio de mil respiradores, sendo que 50 serão cedidos ao Paraguai”, escreveu Bolsonaro. “Também conversamos sobre o G-7 expandido, o qual o Brasil deverá integrar, bem como questões do aço brasileiro.”

Ontem, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, também tuitou: “A entrada do Brasil num G-7 reconfigurado resulta da aliança que construímos com os EUA e do entrosamento com os outros membros do grupo. Confirma não só nossa importância econômica mas sobretudo o prestígio internacional que, com o PR JB [presidente Jair Bolsonaro], o Brasil adquiriu como defensor da liberdade.”

O esquecimento de Trump sobre o Brasil tinha deixado o governo Bolsonaro numa péssima situação, representando quase um rebaixamento para a segunda divisão da governança internacional.

Em todo caso, os EUA até agora não mencionaram formalmente convite ao Brasil para o encontro para o qual Bolsonaro deverá se deslocar a Washington.

Já o telefonema de Trump ao presidente da Rússia, Vladimir Putin, também na segunda-feira, foi divulgado pela Casa Branca.

Segundo o jornal americano “The New York Times”, um assessor da Casa Branca informou que Trump fez o convite pessoal para Putin participar da reunião ampliada do G-7 nos EUA.

No entanto, uma presença de Putin continua a causar problemas. Canadá e Reino Unido criticaram a participação russa. A Rússia foi suspensa do então G-8 em 2014 por causa da anexação da Crimeia.

O primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, acusou Moscou de continuar desrespeitando regras internacionais. Boris Johnson, primeiro-ministro britânico, disse que o governo de Putin ainda precisa mostrar evidências de que mudou seu comportamento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Aos 70 anos, esse é o carro que Faustão dirige
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Marido apresenta sua esposa ao gorila que ele criou, mas depois, o gorila fez isso.
FOREVER-MOM

LINK PATROCINADO

Prepare qualquer receita com essa panela!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Glicose alta: Conheça 3 destruidores de açúcar
GC99

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ibovespa mergulha após anúncio de coletiva de Trump sobre a China

Escolas estaduais terão ‘rombo’ de até R\$ 30 bi

Com mais gastos e menos receita, educação pública pode ter colapso, mostra estudo do Instituto Unibanco e do Todos pela Educação

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

03/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Crise fiscal na educação

Redes estaduais de ensino terão perda de receita e aumento de gasto

■ Receitas (R\$ bilhões)

	Disponibilidade fiscal total mínima	Perda em relação ao montante atual	Perda %
Cenário atual	110,8	–	–
Cenário A	101,9	-8,9	-8
Cenário B	94,2	-16,6	-15
Cenário C	83,1	-27,7	-25

■ Gastos extraordinários (R\$ bilhões)

Ensino remoto	0,422
Segurança alimentar (duração de 4 meses)	1,455
Outras ações	0,054
Total	1,932

Fonte: Instituto Unibanco e Todos Pela Educação

A crise trazida pelo novo coronavírus deve gerar um rombo de até R\$ 30 bilhões no orçamento nas escolas estaduais em 2020, mostra um estudo do Instituto Unibanco

e do movimento Todos Pela Educação. O valor é resultado da queda de receitas tributárias e aumento de custos e equivale a cerca do dobro do que a União contribui anualmente via Fundeb, principal fundo da educação básica. Se nenhum socorro for adotado, o risco é de colapso financeiro das redes de ensino, alerta o estudo.

“O efeito da pandemia sobre o sistema de ensino será numa intensidade que nunca vimos. A experiência de 2008 é só referencial, mas não suficiente para ser prever o que veremos”, diz Ricardo Henriques, superintendente-executivo do Instituto Unibanco.

Economista português, naturalizado brasileiro, Henriques afirma que há o risco de se criar a “geração pandemia” de jovens. “Poderá ser um grupo estruturalmente punido pela falta de ações agora e com grande chance de ficar de fora do sistema de ensino.”

O estudo desenhou três cenários com estimativas para a queda de arrecadação dos tributos vinculados à educação. A perda estimada de receita no conjunto das redes estaduais deve ficar entre R\$ 9 bilhões e quase R\$ 28 bilhões neste ano, a depender da intensidade do choque na economia. Ao mesmo tempo, as medidas emergenciais para viabilizar o ensino remoto têm custo extra estimado de R\$ 2 bilhões.

Para os cálculos, foram utilizados dados do Tesouro Nacional, informações consolidadas de receitas tributárias de abril e maio e estimativas de especialistas.

“Os R\$ 2 bilhões extras já foram comprometidos e não têm nada a ver com a ver reposição das aulas, mas com medidas educacionais para dar conta dos efeitos da pandemia. E mais gastos virão por aí”, afirma João Marcelo Borges, diretor de estratégia política do Todos Pela Educação.

Embora questionadas pela eficácia, as ações para garantir a continuidade das aulas em casa foram adotadas em larga escala pelo país. Levantamento em 22 redes estaduais identificou que 95% delas adotaram entre 5 e 15 soluções para enfrentar a pandemia, o que inclui despesas do ensino a distância e o oferecimento de alimentação aos alunos.

Em 86% das redes, por exemplo, há entrega de material impresso às famílias e transmissão de conteúdo pedagógico pela TV. Em 63%, aulas online e ao vivo estão sendo realizadas e, em 45% dos Estados pesquisados, os governos locais estão patrocinando pacote de dados de internet para os estudantes e professores.

Segundo Borges, o desfalque nos cofres estaduais também preocupa porque o aumento de despesas deverá continuar depois da retomada das aulas. “Devemos ter novos alunos entrando na escola pública, de famílias de classe média baixa, que não vão conseguir mais pagar as mensalidades”, afirma.

A evasão de alunos, que ocorre tradicionalmente com mais força no ensino médio, é outro risco que tende a se concretizar passado o período de afastamento das atividades presenciais. “Esses alunos provavelmente terão de auxiliar na renda das famílias. É difícil estimar qual será esse número, mas ele deve ser maior no ciclo do ensino médio, onde já é mais elevado”, afirma Borges.

Para Henriques, existe uma falta de clareza sobre a natureza dos serviços públicos de educação, cuja demanda por atendimento é constante e não sazonal, como em crises de saúde. A “conta” adicional deixada pela crise, se não for saneada agora, poderá ser “empurrada” e comprimir o orçamento dos Estados para educação pelos próximos anos.

O cenário, afirma Henriques, indica para precarização da educação pública num momento em que mais brasileiros devem precisar acessá-la. Ele estima que o período de normalização do calendário escolar e dos impactos financeiros da crise deve levar até um ano e meio, com chance elevada de adentrar 2022.

As medidas sanitárias para evitar o contágio pelo novo coronavírus vão exigir turmas menores e maior contratação de professores temporários, ou seja, ainda mais despesas. “O custo sanitário não é o álcool gel. Grosso modo, será necessário até dobrar a quantidade de turmas nas escolas, terão de ser grupos menores, de 15 a 20 alunos”, diz Henriques. Segundo ele, algumas escolas têm tamanho suficiente para comportar mais turmas, mas em outras não se sabe como será a oferta ao longo do tempo.

A fragilidade financeira das escolas estaduais torna mais urgente a aprovação do novo Fundeb com mais recursos federais. Hoje, a União aporta no fundo uma complementação de 10% a cada ano (cerca de R\$ 15 bilhões) e defende elevar o repasse para 15%. A proposta com tramitação mais adiantada, na Câmara dos Deputados, propõe alta para 20%. Também há um texto no Senado com previsão de acréscimo para 40%.

As últimas sinalizações do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e da Presidência da República sugerem que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre o tema pode ser votada em junho. O Fundeb no modelo atual expira em dezembro e, por isso, a reformulação precisa ser votada ainda em 2020.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Mulher engravida após dez anos tentando — quatro dias depois do parto, o médico confessa um erro grave
DAILY MOTIVATION

LINK PATROCINADO

Aos 70 anos, esse é o carro que Faustão dirige
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Prepare qualquer receita com essa panela!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Glicose alta: Conheça 3 destruidores de açúcar
GC99

por taboola

Leia em Valor Investe

Banco Mundial alerta para crise em países emergentes

Produção pode sofrer tombo de 8% em cinco anos, deixando ‘cicatrices duradouras’ nas nações em desenvolvimento, diz relatório

O Globo · 3 junho 2020 · WASHINGTON

O Banco Mundial acredita que a pandemia do novo coronavírus e as recessões resultantes deixarão “cicatrices duradouras” nos países em desenvolvimento e nos mercados emergentes, com os piores danos reservados aos exportadores de petróleo e àqueles que sofrem crises financeiras.

Em seu relatório “Perspectivas econômicas globais”, divulgado ontem, o Banco Mundial calcula que países emergentes que sofrem crise financeira verão sua produção potencial cair, em média, 8% ao longo de cinco anos; e a produção de nações em desenvolvimento que exportam petróleo pode despencar 11%.

Autoridades do Banco Mundial disseram que, como as perspectivas de crescimento já haviam diminuído significativamente devido, em parte, a conflitos comerciais, o choque da pandemia poderá facilmente se espalhar para problemas de solvência em países emergentes.

As taxas de juros baixas da última década contribuíram para um aumento recorde da dívida soberana e corporativa, limitando a capacidade das autoridades de responder à crise e impedir o fechamento de empresas, a perda de empregos e a deterioração do capital humano, disse Ceyla Pazarbasioglu, vice-presidente para o crescimento equitativo, finanças e instituições do Banco Mundial:

—Se as políticas forem totalmente direcionadas para sustentar interesses ou empresas zumbis, isso pode levar a problemas de liquidez que se transformarão em problemas de solvência. Ele acrescentou que “é necessário adotar medidas urgentes para evitar políticas econômicas que levem a crise da Saúde a se tornar crise financeira”.

A economia global enfrenta “perdas abissais”, e a recuperação é prejudicada pela escassez de recursos, afirmou o presidente do Banco Mundial, David Malpass, em entrevista à AFP.

ECONOMIA DO FUTURO

Para ele, o efeito devastador é bem maior do que os US\$ 5 trilhões em riqueza destruídos, apontados em uma primeira estimativa de danos feita pelo banco.

— É a recessão global mais profunda desde a Segunda Guerra —disse Malpass. —E isto deveria manter muitas pessoas acordadas à noite, preocupadas com as consequências para os pobres, para os vulneráveis dentro dessas economias, para as crianças, para os profissionais da saúde, todos enfrentando desafios sem precedentes.

A longo prazo, os governos terão de repensar suas políticas e “reconhecer que a economia global será muito diferente”, afirmou Malpass:

— Será necessário investir em novos tipos de emprego e negócios, na economia do futuro, em vez de tentar recapitalizar a economia do passado.

APÓS ADIAR PAGAMENTO

Governo e Congresso discutem criar programa de parcelamento de impostos

O Globo · 3 junho 2020 · MANOEL VENTURA manojel.ventura@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA Everardo Maciel, ex-secretário da Receita

O governo e o Congresso já discutem a possibilidade de criar um programa de parcelamento dos impostos que estão sendo adiados por decisão da própria Receita Federal durante a crise do novo coronavírus. A avaliação é que a medida seria necessária para evitar o aumento repentino de tributos a serem pagos pelas empresas num momento em que os caixas das companhias ainda vão estar combalidos.



A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, porém, só quer tratar publicamente desse assunto quando os impactos da pandemia na atividade econômica e sobre as empresas de diferentes setores estiverem mais claros. Há um receio de falar sobre o assunto agora, sob risco de isso se tornar um incentivo para as empresas pararem de pagar impostos à espera de um Refis (programa de refinanciamento de dívidas tributárias).

Cogitar essa flexibilização no meio da pandemia poderia incentivar as empresas a contar com eventuais medidas desde já, inclusive companhias que não estão sendo afetadas pela crise. Por isso, os técnicos do governo só querem abordar o assunto após o auge da crise para as empresas, quando a maior parte da economia estiver aberta. Essa etapa, avaliam, ainda não passou.

POSTERGAÇÃO EM JUNHO

O governo federal permitiu a postergação do pagamento de alguns dos principais impostos federais em abril e maio. O adiamento do pagamento da Cofins, do PIS e da contribuição patronal para a Previdência também deve ser feito em junho, de acordo com fontes da equipe econômica.

Para as empresas do Simples Nacional, o adiamento do prazo para pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS e Cofins e Contribuição Previdenciária já vale até junho.

A regra atual prevê que os impostos federais de abril e maio sejam pagos em agosto e outubro de 2020, respectivamente, sem incidência de juros e multas, mas também sem parcelamento. O problema é que a previsão de retorno do pagamento dos impostos atrasados é considerada muito próxima ao auge da crise econômica causada pelo coronavírus nas empresas.

Há um entendimento crescente entre os técnicos de que o pagamento integral nesses meses poderia deixar os caixas das companhias em situação delicada, ou simplesmente os empresários deixariam de pagar os tributos no prazo por falta de dinheiro.

É por isso que se avalia a possibilidade de permitir o parcelamento desses impostos. Os detalhes dessa medida, como prazos e tempo de carência, ainda precisam ser discutidos. Há também uma preocupação de não transformar o eventual programa de parcelamento num “Refis” para quem deixou de pagar impostos antes da crise ou por motivo que não seja a pandemia.

O ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel alerta que os efeitos da pandemia sobre a atividade econômica são diferentes entre os setores. Por isso, ele defende que a solução do governo para o pagamento dos impostos não seja generalizada, sob o risco de elevados impactos nas contas públicas:

— A postergação dos impostos pode ter sido a solução possível, mas ela não distingue, posterga para todos. Uma solução para o pós-pandemia, eu acho que depende do caso, do setor, do tipo de contribuinte. Não pode ter uma solução generalizada. Se for fazer isso de maneira generalizada, não tem dinheiro.

PROJETOS NO PARLAMENTO

O parcelamento de tributos também é discutido dentro do Congresso. Câmara e Senado têm pelo menos cinco projetos de lei para criar um programa de parcelamento tributário da crise do coronavírus.

Autor de um desses projetos, o deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP) avalia que um Refis neste momento seria correto, mesmo o governo já tendo feito mais de 30 programas de parcelamento tributário.

— O Refis vem numa frequência tal que é previsível, mas hoje é extremamente necessário e justo. Dessa vez, ele tem que ser para empresas que comprovadamente mostram perda de arrecadação e que ficaram vulneráveis com a crise — disse o deputado.

A discussão sobre o parcelamento de impostos atrasados envolve também as contas públicas. O simples adiamento dos impostos por alguns meses não tem efeito nas contas do ano fechado. Porém, se o governo partir para um parcelamento, terá que medir os impactos fiscais da medida em 2020 e nos próximos anos.

As receitas em abril já tiveram uma queda real (descontada a inflação) de 29% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Por conta da postergação dos pagamentos, a arrecadação

do PIS/Cofins caiu 52% e a contribuição previdenciária encolheu 33% em abril.

“A postergação dos impostos pode ter sido a solução possível, mas ela não distingue, posterga para todos. Uma solução para o pós-pandemia, eu acho que depende do caso, do setor, do tipo de contribuinte. Não pode ter uma solução generalizada”

MP cria programa de crédito para médias empresas

Governo vai dar R\$ 20 bilhões de garantia para empréstimos de companhias com faturamento de até R\$ 300 milhões por ano

O Globo · 3 junho 2020 · (Manoel Ventura)

O governo publicou ontem uma medida provisória (MP) que criou o Programa Emergencial de Acesso a Crédito destinado a pequenas e médias empresas. O objetivo é destravar até R\$ 100 bilhões em financiamento, segundo o Ministério da Economia. A medida tenta facilitar o acesso por meio da disponibilização de garantias, como O GLOBO antecipou.

A expectativa do governo é o programa estar “operacional” no fim deste mês e atender empresas que empregam um total de 3,3 milhões de trabalhadores.

O crédito poderá ser buscado por empresas que tenham tido receita de R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões no ano passado. A utilização dos recursos será livre. Com isso, as empresas beneficiadas poderão reforçar o seu capital de giro.

Pelas regras, o governo federal poderá aumentar em até R\$ 20 bilhões sua participação em um Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES. Os recursos serão usados na cobertura das operações contratadas até o fim deste ano.

O Ministério da Economia informou que, para cada R\$ 1 destinado ao fundo, até R\$ 5 em financiamentos às pequenas e médias empresas podem ser liberados. Deste modo, com o aporte de R\$ 20 bilhões (liberados de acordo com a demanda), podem ser emprestados até R\$ 100 bilhões.

A MP reformula o FGI. Criado há dez anos para servir de complemento às garantias oferecidas por empresas e caminhoneiros autônomos para tomar crédito, o recurso é hoje pouco acessado, porque os bancos o consideram engessado.

Atualmente, o FGI cobre 80% do risco de inadimplência em uma carteira na qual a taxa de calotes seja de, no máximo, 8%. O restante fica com o banco que concedeu o empréstimo. Agora, a cobertura vai abranger carteiras com inadimplência de até 30%.

Estimativas da área econômica apontam que, para cada R\$ 100 do Tesouro Nacional aplicados no programa, há potencial de impacto de R\$ 100 em salários de empregados nas firmas apoiadas.

A MP também alterou o Pronampe, voltado a micro e pequenas empresas. O texto esclarece que a inadimplência das operações será limitada a 85% da carteira. Diz ainda que as instituições financeiras vão operar com recursos próprios e poderão contar com garantia de até 100% do valor de cada operação.

A falta de crédito para pequenas e médias empresas é uma das principais reclamações dos empresários durante a crise do novo coronavírus.

O poço fundo

Analisando os dados do Tesouro da União, o passivo tributário já é a metade do PIB do País

Edson Luiz Vismona*, O Estado de S.Paulo

03 de junho de 2020 | 04h00

O poder público aumenta os gastos e busca meios para ampliar a arrecadação. O contribuinte não consegue arcar com o tamanho do Estado, mas as despesas obrigatórias e vinculadas crescem. A margem orçamentária se estreita e a criatividade tributária foi sendo estimulada, com a instituição de novos tributos e obrigações acessórias, gerando um emaranhado de leis, decretos, instruções normativas que desafiam a compreensão do nosso sistema tributário. O resultado dessa equação é a carga tributária que consome 35% do **PIB** e os investimentos, e a qualidade dos serviços prestados não são proporcionais aos gastos públicos. A conta não fecha.

Juristas, advogados e especialistas do mercado apontam para um ponto que não vem sendo discutido e tem grande importância: o tamanho do contencioso tributário do **Brasil**. Com o objetivo de apurar o montante desse problema, o

Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco) contratou a consultoria **EY** para a realização de um estudo.

O resultado mostrou que, analisando os dados do **Tesouro** da **União**, o passivo tributário é a metade do PIB do País (R\$ 3,4 trilhões). Esse montante cresce todos os anos e, mais, houve um incremento das representações fiscais para fins penais de 5% em um ano (2017 para 2018) e o valor dos créditos lançados aumentou 68% (2016 para 2017). O tempo médio do processo, se for linear até a última instância judicial, é de 19 anos e 2 meses.

Esses dados demonstram que estamos num poço e que, em vez de procurarmos uma escada para sair dessa situação, estamos, na verdade, com uma pá aprofundando e aumentando esse passivo. O Fisco necessita de recursos e o contribuinte, a grande maioria, quer permanecer em dia com suas obrigações, ou seja, um precisa receber, o outro quer pagar, mas o mecanismo existente não possibilita uma saída rápida e eficaz.

Essa situação, por mais absurda que possa parecer, não atende ao Fisco nem ao contribuinte regular, mas é ótima para o chamado devedor contumaz, aquele que se estrutura para nunca pagar impostos, e que utiliza todas as possibilidades processuais para tanto, e, assim, aumentar em muito suas margens de lucro, corroendo a competitividade e lesando o Fisco em bilhões.

A saída para diminuir os longos e custosos processos contenciosos deve contemplar, primeiro, a viabilidade de um acordo antes ou no início da autuação. O Fisco norte-americano, por exemplo, reconhecido pelo seu rigor,

adota procedimentos rápidos de mediação e arbitragem. O objetivo é acertar o valor devido e receber.

Em segundo lugar, deve ser viabilizada, com toda a legalidade, transparência e controle, a possibilidade de acordos que acelerem o efetivo pagamento, regularizando a situação de grande parte dos contribuintes, regulamentando, finalmente, os artigos 171 e 156, inciso III, do **Código Tributário Nacional**. A Lei 13.988/2020 indica esse sentido. A estimativa é de que R\$ 900 bilhões poderiam ser arrecadados. Com o parcelamento, por exemplo, em dez anos, o Fisco federal teria R\$ 90 bilhões ao ano, mais do que foi previsto pela reforma previdenciária.

Por fim, para combater a ação dos devedores contumazes, que não devem ser confundidos com devedores eventuais ou até mesmo reiterados – estes deixam de pagar impostos por dificuldades econômicas, enquanto o primeiro nunca paga impostos, aliás, a sonegação compõe o seu desproporcional lucro –, é que defendemos a aprovação do PLS 284/17, que está em final de tramitação no **Senado Federal**, tipificando quem deve ser considerado como devedor contumaz, com o exato enquadramento pelo **Judiciário**.

Em suma, é urgente que discutamos a relação Fisco-contribuinte, valorizando aqueles que agem de boa-fé e punindo os que dolosamente fazem de tudo para

não cumprir com suas obrigações. Não podemos mais permanecer neste poço que traga os recursos financeiros do Fisco e dos contribuintes.

Dívida pública em risco?

País está sendo forçado a ter uma expansão fiscal inédita para lidar com a pandemia

Fábio Alves*, O Estado de S. Paulo

03 de junho de 2020 | 04h00

Com as propostas de tornar permanente gastos extras para combater o impacto da pandemia do **coronavírus** – como a extensão do pagamento do **benefício emergencial de R\$ 600** – e com a perspectiva de uma queda mais profunda do **PIB** neste ano, um assunto se tornou recorrente entre analistas e investidores nas últimas duas semanas: o financiamento da dívida pública brasileira.

O temor é de que, com o crescente risco de explosão da trajetória da dívida pública e a menor perspectiva de aprovação de reformas estruturais necessárias, como a administrativa e a tributária, o **Tesouro Nacional** tenha dificuldades para conseguir rolar a sua dívida em meio a uma crise de confiança de investidores e num ambiente de taxas de juros em níveis historicamente baixos para remunerar os riscos adiante. Sem falar na escalada da crise política, que

pode tornar mais difícil a recuperação da economia e também a adoção de um ajuste fiscal urgente a partir de 2021.

O **Brasil**, como outros países do mundo, está sendo forçado a ter uma expansão fiscal inédita para lidar com a pandemia. Muitos analistas estimam que o déficit primário do governo deva ultrapassar R\$ 700 bilhões em 2020, o que, combinado com o pagamento de juros da dívida pública, resultaria num déficit nominal (ou necessidade total de financiamento do setor público) para além de 14%. Há projeções de que a dívida bruta passará de 75,8% do PIB ao fim de 2019 para mais de 100% do PIB neste ano.

Já o déficit nominal ficou em R\$ 249 bilhões em 2019. Para 2020, a **Instituição Fiscal Independente (IFI)** estima um déficit primário de R\$ 711,4 bilhões, com as necessidades de financiamento totais do governo superando R\$ 1 trilhão. Mas o diretor executivo da IFI, **Felipe Salto**, alerta que a sua projeção de PIB deve ser revisada novamente para baixo, o que, combinada com a expectativa de novas despesas – com premissa sobre pagamentos adicionais do benefício emergencial –, deve resultar em déficit primário e, portanto, em necessidades de financiamento totais bem maiores.

Assim, vai aumentar muito o volume de dívida que o Tesouro terá de emitir para financiar esses gastos. Mas haverá demanda suficiente dos investidores para absorver tamanho aumento de emissão de títulos públicos? Nos últimos meses, tem ocorrido uma diversificação na alocação de recursos por parte dos

investidores, com uma migração da renda fixa para a Bolsa e para ativos no exterior. A pergunta recorrente no mercado é: será que o Tesouro vai conseguir rolar a sua dívida com os juros em níveis tão baixos? Já estamos à beira do abismo?

De fato, tem havido um encurtamento no prazo médio da dívida pública pelo Tesouro, um termômetro de estresse. A parcela da dívida pública a vencer em 12 meses passou de 18,68% em dezembro de 2019 para 21,54% em abril deste ano. Espera-se também uma piora no perfil da dívida, com aumento da parcela atrelada à taxa **Selic**, o que dificulta sua gestão.

A situação poderá piorar se os investidores duvidarem da disposição do governo, passada a necessidade de aprovar despesas extras para combater a pandemia, em voltar aos trilhos da política fiscal em 2021, fazendo ajustes e mantendo intacto o teto de gastos, uma âncora da confiança no mercado.

Ou se o governo resolver aumentar muito mais a fatura com gastos extras neste ano e tornando permanente parte deles. Ou ainda se as autoridades federais, estaduais e municipais fracassarem em controlar a disseminação do coronavírus, exigindo a extensão de quarentenas ou a adoção de lockdown, o que afetará ainda mais a economia, reduzindo a arrecadação de tributos.

Por enquanto, o que tem sustentado a demanda por títulos públicos, permitindo a rolagem da dívida, é que a inflação brasileira está muito baixa, com a projeção

de analistas apontando para 1,55% em 2020 e 3,10% em 2021. O problema é que, se a expectativa de inflação começar a subir rapidamente por um medo de uma bomba fiscal mais adiante, a remuneração (juros) terá de aumentar muito. E, mesmo assim, a demanda por títulos públicos poderá não estar garantida.

Um sinal inequívoco do governo e do **Congresso** de que haverá ajuste fiscal a partir de 2021 é a única saída para dissipar os temores com a rolagem da dívida pública.